

6 DE MARÇO, quinta-feira

13.30 - 14.00

Sala 1

MODERADOR: Luís Salgado de Matos, ICS-UL

Título da Comunicação	Concorrência e concorrência monopolística nas eleições municipais portuguesas (1976-2005) Esboço de um modelo sem equilíbrio de Nash
Autor	LUÍS SALGADO DE MATOS (salgado.matos@netcabo.pt)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Investigador

RESUMO

A pesquisa sobre competitividade eleitoral assenta quase sempre no modelo espacial no qual um eleitor – ou um somatório de eleitores – com informação total escolhe(m) entre dois candidatos. É o conhecido modelo de Hotelling-Downs. Cada eleitor tem uma escala de preferências, assinaláveis no espaço cartesiano. A maioria é a agregação dessas preferências. Para as alcançar, os candidatos têm que satisfazer o eleitor mediano; é o chamado equilíbrio de Nash. O eleitor central define o resultado das eleições. São modelos determinísticos ou probabilísticos mas em ambos os casos procuram o equilíbrio de Nash. Este modelo tem sido aperfeiçoado mas os seus pressupostos teóricos não têm sido postos em causa. Contudo, é um modelo com escassa correspondência na realidade, em particular nos países que adotam a representação proporcional. Um modelo inspirado no paradigma da concorrência monopolística, fornece algumas sugestões teóricas e práticas sobre as eleições para as autarquias locais portuguesas; é um modelo não determinístico, sem recurso ao equilíbrio de Nash e com baixo grau de matematização.

Título da Comunicação	Voto Estratégico em Portugal nas eleições legislativas de 2005	T
Autor	JOSÉ BOURDAIN (josebourdain@cercitop.org)	L
Instituição	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa	Á
		In

R E S U M O

Esta comunicação decorre da minha tese de mestrado em ciência política que estou a concluir no ICS-UL. É o primeiro estudo do género efectuado em Portugal. A comunicação incluirá também a dimensão da abstenção estratégica, a qual não tem sido investigada inclusive em estudos internacionais, apesar de alguns autores apontarem para a possibilidade dos eleitores optarem por se abster em vez de votar estrategicamente noutro partido.

Ainda relativamente à abstenção, este estudo aborda igualmente a importância das eleições de 1ª ordem versus de 2ª ordem que, no caso português, confirma a regra no que respeita aos resultados nacionais. No entanto, o mesmo não acontece se olharmos para este fenómeno ao nível dos círculos eleitorais e os resultados nacionais escondem uma inversão deste fenómeno. Com efeito, nos últimos anos a abstenção tem sido mais elevada nas eleições de 1ª ordem em 9 dos 10 círculos pequenos e em 2 dos círculos médios e a tendência é de subida em todos os círculos eleitorais sem excepção.

Título da Comunicação	O velho encontra o novo – as comissões de moradores dos bairros dos Lóios e das Amendoeiras
Autor	JOSÉ NUNO MOREIRA DE MATOS (mor_furtado@yahoo.com)
Instituição	Mestre em Ciência Política pelo ISCSP-UTL

RESUMO

Em 2005, a Fundação D. Pedro IV recebeu gratuitamente do IGAPHE os fogos correspondentes aos bairros dos Lóios e das Amendoeiras. O aumento exponencial das rendas levou a uma forte mobilização por parte das comissões de moradores, tendo estas desenvolvido uma interessante campanha em defesa do direito à habitação. O objectivo do nosso estudo é analisar os protagonistas, as causas e os recursos desta luta sob dois vectores essenciais. Em primeiro lugar, partindo das concepções de Manuel Castells, compreender a cidade (não só, mas também) como palco de contradições, conflito, logo, de emergência de movimentos sociais. Em segundo lugar, reflectir sobre até que ponto é que o fenómeno do ressurgimento de “velhos” movimentos sociais – como as comissões de moradores – se poderá inserir numa nova concepção de cidadania.

Palavras-chave: Cidade – Comissões de moradores – Movimentos sociais

Título da Comunicação	Comunicação e política nos discursos presidenciais do 10 de Junho: 1976-2006
Autores	PAULA DO ESPÍRITO SANTO (espsanto@isesp.utl.pt)
Instituição	Professora, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa

RESUMO

O artigo presente centra-se na análise de conteúdo dos discursos proferidos pelos Presidentes da República Portuguesa no dia 10 de Junho, desde 1976 até 2006. Na sequência de trabalho anterior, que teve como objectivo a análise das tendências ao nível da comunicação e política nos discursos de tomada de posse presidenciais, o principal objectivo deste artigo é o de caracterizar a evolução das tendências discursivas, num plano socio-político, naquele período de tempo, pressupondo a importância que as mesmas reflectem no desenlace sucessivo e permanente da construção do Estado Português. Por outras palavras procuramos organizar e interpretar o conjunto de tendências discursivas presente no corpus de análise, através da aplicação da técnica de análise de conteúdo, de modo a reflectir os objectivos, valores, símbolos e padrões de comunicação política, vistos num enfoque político, ao mais alto nível do Estado, ou seja através da visão política do Presidente da República, num dia significativo, como o dia de Portugal, celebrado, desde 1933, a 10 de Junho. É de salientar ainda que um período de trinta anos pode ser significativo, para permitir observar o caminho percorrido em direcção à consolidação da democracia Portuguesa.

Título da Comunicação	Direitos sociais em Portugal
Autor	PEDRO MAGALHÃES, MÓNICA BRITO VIEIRA E FILIPE CARREIRA DA SILVA (pedro.magalhaes@ics.ul.pt; mab54@cam.ac.uk; fcs23@ics.ul)
Instituição	ICS-UL (investigador auxiliar); New Hall, Univ. Cambridge (research fellow); ICS-UL (investigador auxiliar)

RESUMO

O objectivo desta comunicação é o de construir um mapa histórico-analítico dos principais conflitos políticos, sociais e ideológicos que, no nosso país, se vêm desenvolvendo em torno dos direitos económicos e sociais consagrados na nossa Constituição, da sua interpretação, conteúdo e aplicação, centrando-nos em dois destes direitos: a saúde e a educação. A nossa análise será feita a partir de dois ângulos distintos, mas fortemente relacionados. O primeiro é o da “escolha constitucional” ou da “negociação sobre regras”. A este nível, faremos uma análise aprofundada das condições sob as quais se desenvolveram os trabalhos da Assembleia Constituinte (1975-76), testando, para o efeito, diferentes hipóteses relativamente aos mecanismos e resultados da “escolha constitucional”. Em específico, confrontaremos diferentes explicações – ideológicas, ganhos eleitorais, decepção estratégica e difusão cultural – explicativos das preferências avançadas pelos diferentes actores político-partidários envolvidos em tais processos, bem como do próprio resultado final do processo constituinte, cristalizado no texto constitucional. O nosso segundo ângulo de análise será o da “operação constitucional” ou “negociação sob regras”. Uma vez consagrada a estrutura constitucional que enforma os “trabalhos” da nossa democracia, toda uma série de lutas sociais e políticas – por vezes públicas, por vezes conduzidas nos bastidores, em surdina – foram tendo lugar quanto à correcta interpretação das regras definidas (nomeadamente quanto às “disabling constitutional rules”, que restringem o leque de escolhas dos nossos representantes, e de que os direitos sociais e económicos são parte), envolvendo actores políticos operando a diferentes níveis institucionais (governo, parlamento, presidência, sistema partidário), bem como grupos de interesse, actores colectivos e tribunais. A nossa atenção concentrar-se-á na forma como essas lutas condicionaram as nossas escolhas em termos de políticas públicas e os próprios processos de revisão constitucional.

		Título
MODERADORA: Teresa Cierco, Univ. Lusíada do Porto		
Título da Comunicação	A importância política das minorias étnicas nas relações entre a União Europeia e os Estados vizinhos: casos da Rússia e Bielorrússia	Autor
Autor	ALENA VYSOTSKAYA GUEDES VIEIRA (vysotskayaa@gmail.com; jelena_rb@hotmail.com)	Instituição
Instituição	NICPRI, Universidade do Minho	

RESUMO

As últimas duas vagas do alargamento da União Europeia (2004, 2007) tiveram sem dúvida um impacto estabilizante nas tensões étnicas da Europa Central e de Leste. Neste sentido, a União Europeia destacou-se como um actor influente na etnopolítica da região. No entanto, a situação do pós-alargamento coloca novos desafios à União Europeia. Em particular, esta organização incorporou não só os novos países-membros, mas também as respectivas minorias étnicas no seu sistema político. Algumas dessas minorias são originárias de países de fora da União Europeia, como a Rússia ou Bielorrússia (kin states). Como consequência, as questões das minorias aparecem na agenda das relações externas da União Europeia, que se torna ela própria um destinatário das respectivas políticas dos países de origem das minorias. Esta contribuição visa a investigação da importância política das minorias nas relações entre a União Europeia e os seus dois novos vizinhos, nomeadamente a Rússia e a Bielorrússia.

Título da Comunicação	Contrato social na reconstrução pós-conflito: das violências às cidadanias
Autor	MARISA BORGES (Marisa.borges06@gmail.com)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

A agenda política em cenários de reconstrução pós-bélica assenta fundamentalmente na reinvenção do Estado e do contrato social como forma de ruptura e transformação entre o período do conflito e a fase da paz formal. A nossa exposição pretende, essencialmente, desafiar esta noção de ruptura profunda entre os dois períodos. Assim, pretendemos enquadrar o contrato social estabelecido no processo de reconstrução nas linhas de continuidade das violências. A sua metamorfose no período pós-conflitual condiciona não só a relação entre Estado e indivíduo como potencia a emergência de pólos de identificação política paralelos ao Estado. Demonstraremos desta forma a centralidade destas violências transfiguradas, disfarçadas e ignoradas no processo de construção das cidadanias e na no contrato social estabelecido nestes contextos de paz formal.

Titulo da Comunicação	O direito dos povos à auto-determinação face ao direito europeu das minorias . O mal estar francês	titr
Autor	DANIEL MARCELINO RODRIGUES (dmrodrigues_296@hotmail.com)	
Instituição	Universidade de Coimbra	Aut inst

RESUMO

A União Europeia promove o respeito e o reconhecimento das minorias através de duas convenções: a "Carta Europeia para a Línguas Regionais ou Minoritárias" e a "Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais". Porém, o Governo francês, apoiado por uma gov interpretação da sua Constituição digna dos guias ideológicos da Revolução de 1789, apenas ent assinou a primeira (recusando a sua ratificação), ao mesmo tempo que desaprovava a segunda, atra mesmo não se tratando de admitir a existência de mais que um povo no seio do povo francês, mas sim de minorias. Envereda-se hoje na direcção de um direito das minorias como forma de evitar o nac uso do direito à auto-determinação como meio de secessão? Ou será essa vertente do direito uma per forma mais comedida de se atingir o mesmo fim? Talvez a resposta seja um misto de ambos, o que sim reforça o receio da República Francesa de se ver confrontada com um cenário constituído pelo fim tem dos pressupostos do Estado-Nação assim como da sua própria integridade territorial.

res;

hist

estr

par

Título da Comunicação	O confronto entre nacionalismo centrípeto e nacionalismos centrífugos num Estado democrático autonómico: o Partido Popular espanhol e a sua estratégia de radicalização política
Autor	FILIPE ROMÃO (vasconcelosromao@gmail.com)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

9

3 Trinta anos depois da aprovação da actual Constituição de Espanha, num momento em que
a governo espanhol e as diferentes autonomias revêem os quadros que regulam o relacionamento
s entre o poder central e os governos regionais, reemerge, fruto da radicalização política que o país
a atravessa desde os atentados de 11 de Março de 2004, uma corrente nacionalista espanhola.

4 A identificação entre o regime franquista, de cariz ditatorial e fortemente centralizador, e o
o nacionalismo espanhol levou a que, durante quase três décadas, esta corrente ideológica
a permanecesse em estado de letargia, pelo menos nas dimensões discursiva e de utilização de
e símbolos. No entanto, o principal partido da oposição, o Partido Popular, nos últimos meses, não
a tem tido qualquer prurido em repescar um discurso de pendor nacionalista, que emerge como
resposta, num jogo dialéctico, aos nacionalismos centrífugos das chamadas autonomias regionais
históricas: País Basco, Catalunha e Galiza.

Perante esta situação, haverá riscos de uma escalada no confronto ou estaremos perante uma
estratégia que tem, simplesmente, como objectivo arregimentar a sua base eleitoral? Qual o papel
para os partidos não nacionalistas, que acabam por se encontrar no centro deste fogo-cruzado?

Titulo da Comunicação	States as Clubs – The Political Economy of Population Politics
Autor	HOLGER KOLB (hkolb@uni-osnabrueck.de)
Instituição	Social Sciences Faculty, University of Osnabrück

RESUMO

Drawing on the club theory, originally developed by James Buchanan in 1965, the main aim of my paper is to outline a rational action theory of welfare states as to their population policies. Club theory thereby suggests a policy of optimal inclusion and optimal exclusion criteria for clubs and the development of a criterion of rivalry in order to find the optimal club size and composition. Whereas the club theory is easily applicable to the category of membership by acquisition, which is thought to be regulated by immigration policies, the second and quantitatively more important category of membership in nation states, which is membership by birth, at first glance seems to elude from ratio suggested by club theory. Because of the universalism of inclusion of the political system the basic precondition of club action, which is excludability, is not existent for birth members. Using recent examples from German and American family policies as the policy field that aims at influencing birth membership it will be demonstrated that the club theory, although in a modified shape, remains fruitful as a heuristic device for explaining action of nation states as to their population and membership policies.

sala 3

MODERADOR: Miguel Jeres Mir, Univ. Granada

Título da Comunicação Actores e Processos de Decisão no Salazarismo (1932-1945)

Autor NUNO ESTÊVÃO FERREIRA E RITA ALMEIDA CARVALHO ()

Instituição ICS-UL; IEC-UNL

Título da Comunicação A Elite Ministerial Franquista até ao Fim da Segunda Guerra Mundial

Autor MIGUEL JERES MIR ()

Instituição Univ. Granada

Título da Comunicação A Elite Ministerial do Regime Nacional-Socialista (1933-1945)

Autor MÓNICA FONSECA E GOFFREDO ADINOLFI (monica.fonseca@ipri.pt; goffredoadinolfi@hotmail.com)

Instituição ISCTE

Título da Comunicação A Elite Ministerial Italiana durante o Período do Regime Fascista

Autor GOTTREDO ADINOLFI (goffredoadinolfi@hotmail.com)

Instituição ISCTE

Auditório 3

fil

st

MODERADORA: Madalena Meyer Resende, IPRI-UNT.

im

Título da Comunicação Calvet de Magalhães – Portugal e a Europa

Autor ISABEL MARIA FREITAS VALENTE (valente.isa@gmail.com)

Instituição Universidade de Coimbra, Bolseira de Doutoramento da FCT

fa

po

RESUMO

A presente comunicação pretende explorar até que ponto foi determinante a acção do prestigiado diplomata Calvet de Magalhães na procura de um caminho europeu para Portugal, Pa numa época e num país ainda marcados, na sua política externa e de segurança, pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista.

ter

Calvet de Magalhães foi desde muito novo um grande entusiasta da integração europeia, e pelo que não é de estranhar que tenha sido, com o Embaixador Ruy Guerra, um dos promotores da política de integração europeia. Como o próprio escreveu o seu "ideal de unidade europeia era que anterior à Segunda Guerra Mundial, ao Congresso da Haia e à criação das comunidades europeias. de Estas surgiram para mim, como para os europeístas da minha geração, discípulos de Coudenhove-Kalergi, como meios ou processos para alcançar a almejada integração política europeia." Pretende-se, ainda demonstrar que parte essencial da sua actividade diplomática e intelectual foi a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo de aplicação do exercício da diplomacia pura.

Titulo da Comunicação	Visões Europeias – A Percepção dos Portugueses sobre a União Europeia
Autor	Alice Cunha e Patrícia Calca (alice_mpb@portugalmail.pt; patriciacalca@gmail.com)
Instituição	Banco Espírito Santo; ISCTE-IIES

RESUMO

Dada a importância da temática europeia na vida quotidiana dos portugueses, resolvemos fazer um estudo, numa abordagem politológica, que se baseasse na opinião, emitida e medida, dos portugueses sobre determinados assuntos da e na União Europeia.

Assim, pretendemos explorar as suas opiniões sobre assuntos tão prementes e variados como o a moeda única, os sucessivos alargamentos, as presidências portuguesas e as eleições para o Parlamento Europeu.

Numa perspectiva da Ciência Política, da procura do mote opinativo e/ou de acção, tentaremos indagar como é que, em já vinte e um anos de adesão, essas mesmas opiniões oscilaram, e em que sentido ou sentidos. Desta forma poderemos avaliar o sentimento dos portugueses em relação à União Europeia quer em aspectos evolutivos, quer em aspectos de “picos de sentimentos”, e quer ainda, na procura última da percepção e consciência política que cidadãos e governantes têm e devem ter desta realidade complexa.

Este estudo é baseado em dados recolhidos no Eurobarómetro e em bibliografia concernente à temática e alicerçada na história da construção da União Europeia.

Título da Comunicação	A Europa no Discurso Parlamentar Português (1986-2007)
Autor	ALICE CUNHA (alice_mpb@portugalmail.pt)
Instituição	Banco Espírito Santo

RESUMO

Uma das instituições que mais tem diluído a sua importância no enquadramento institucional europeu têm sido os parlamentos nacionais, que têm, progressivamente, assistido a uma redução do seu campo de actuação no que diz respeito às políticas e aos assuntos relacionados com a Europa comunitária.

Em Portugal, a Assembleia da República não tem sido imune a esta realidade, pelo que podemos até adiantar que tem sido, de todos os órgãos de soberania nacional, aquele que mais tem perdido as suas prerrogativas.

Vinte e um anos depois da adesão, com esta comunicação pretendemos saber qual tem sido o envolvimento da Assembleia da República nas questões europeias, analisando com que frequência é que o assunto Europa tem sido abordado, sobre que questões há mais ou menos debate e qual é o dinamismo a nível de propostas.

Será uma análise que procurará evidenciar que lugar e qual a visibilidade que a Assembleia da República confere aos assuntos europeus, desde o primeiro ano da adesão até aos dias actuais, com uma projecção para as alterações decorrentes das futuras assinatura e ratificação do Tratado de Lisboa.

título da Comunicação	A Europeização do Parlamento Português: Mudanças no Sistema de Escrutínio
Autor	MADALENA MEYER RESENDE E MARIA TERESA PAULO (madalena.resende@ipri.pt; Teresa.Paulo@ar.parlamento.pt)
instituição	Investigadora, IPRI-UNI e Assembleia da República, Comissão de Assuntos Europeus

RESUMO

Together with low levels of compliance with European legislation and failure to shape European policy, Southern European member states are characterized by weak systems of parliamentary scrutiny of European legislation. The Portuguese parliament has recently changed course regarding this last item adopting law 43/2006 instituting a systematic scrutiny of European legislation in those areas where the parliament enjoys exclusive and partially exclusive responsibility to legislate – a scrutiny reserve system. The paper argues that the choices in the scrutiny system adopted by the Portuguese parliament are in line with the parliament's reinforcement of its mechanisms of accountability towards the government, rather than a reassertion of its legislative powers. The institutionalisation of a systematic scrutiny system – which is a middle way solution between sporadic scrutiny and the mandate system – is an attempt to strengthen the oversight of the parliament over the government on European affairs, rather than instituting the parliament as a (co-)legislator. The features of law 43/2006 denote a constrained vision of the parliament's role in the process of European legislation, and one that reinforces the parliament's development of its oversight functions in the national order by instituting the obligation of a non-binding consultation of the parliament by the government in areas that are of its exclusive or partially exclusive competence.

Título da Comunicação	Health Issue or Human Rights Issue? The impact of Portuguese referendum to legalize abortion on the European Union agenda	Títu
Autor	CORINA FILIPESCU (ina_corina@hotmail.com)	Aut
Instituição	University of Birmingham, PhD candidate	Inst

RESUMO

This paper studies the impact of the 2007 Portuguese referendum to legalize abortion on the European Union agenda. In 2007 Portugal voted in a referendum to legalize abortion allowing all women abortion until the 10th week. The low turnout meant that the referendum was invalid, but the Prime Minister insisted on advising the Parliament to discuss the legalization of abortion. Abortion remains illegal in Portugal and continues to be undertaken in illegal clinics without safety precautions. This paper highlights whether the result of the referendum had an impact on the EU agenda. Can abortion still be seen as a health issue or is it a human rights issue? The EU considers abortion a health issue, an area left to the decision of each EU state. Nevertheless, the Union has a duty on ensuring gender equality, human rights and public health for its citizens and improving access to safe health. The paper raises the question of EU's responsibility to ensure safety to all its citizens and the concern of loss of rights for women in the EU.

Titulo da Comunicação Os Tribunais Nacionais e o Processo de Integração Europeia

Autor FRANCISCO PEREIRA COUTINHO (fpcoutinho@hotmail.com)

Instituição Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

A evolução do direito da União Europeia resultou de um certo voluntarismo do TJ, que declarou nos anos 60 os princípios constitucionais do primado e do efeito directo do direito comunitário, mas foi, em boa medida, produto de um verdadeiro diálogo jurisprudencial centrado nas decisões do TJ e na sua aplicação pelos tribunais dos Estados-Membros. Dado o crucial papel desempenhado pelos tribunais nacionais, resta saber porque razão os juízes nacionais aceitaram participar na construção de um sistema jurídico através da assimilação das “doutrinas constitucionais” comunitárias, colocando questões prejudiciais ao TJ e aplicando o direito da União Europeia, mesmo se contrário ao direito nacional.

À questão das motivações dos juízes nacionais para cooperarem com o TJ, respondeu, a partir de meados da década de 90 do século XX, uma bibliografia multidisciplinar, apresentando um conjunto de explicações que podem ser condensadas num conjunto de perspectivas sobre o desenrolar do processo de integração europeia no plano jurisdicional. As explicações avançadas têm o mérito de permitir balizar com minúcia os principais factores que impulsionaram a recepção do direito da União Europeia pelos juízes nacionais: se para os normativistas essa causa foi a força do silogismo jurídico, para os neo-realistas o enfoque deve ser dado ao interesse nacional, ao passo que para os neo-funcionalistas tal sucedeu como produto do interesse combinado de iligantes e magistrados nacionais e europeus.

Vinte anos após a adesão de Portugal à UE, este é um tema que permanece candente na ordem jurídica portuguesa, tendo em conta as dificuldades que os tribunais portugueses manifestam na aplicação budicoma do direito da União Europeia.

11-00-12-20

Sala 1

MODERADOR: Manuel Meirinho Martins, ISCSF-UTL.

Título da Comunicação	O novíssimo «PRACE – Programa de Reforma da “Administração” Constitucional do Estado»
Autor	JOSÉ FONTES (jose.fontes.pt@gmail.com)
Instituição	Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta

RESUMO

Palavras-Chave: Reforma do Estado. Órgãos constitucionais. Constituição de 1976.

Nos últimos anos e ao longo das últimas legislaturas, Portugal tem assistido a um discurso, quase unânime, sobre a necessidade de ampla reforma da nossa Administração Pública. O PRACE – Programa de Reforma da Administração Central do Estado, é uma das faces visíveis desta reforma. No entanto, é indispensável saber olhar ao largo e para cima e proceder, pensadamente, à reforma do quadro orgânico constitucionalmente previsto que é referência da República fundada na Constituição de 1976. Esta comunicação pretende ser um contributo sobre o novo quadro orgânico do Estado português.

Neste momento a Constituição contém disposições que permitem a sua revisão. Ao longo dos últimos anos, tiveram lugar algumas revisões constitucionais. Destas resultaram sucessivas alterações, nomeadamente: a extinção do Conselho da Revolução e a criação do Tribunal Constitucional em 1982.

A reforma proposta deve tornar a República mais democrática e a actuação do Estado mais eficaz. Os problemas surgidos nos últimos tempos designadamente entre diferentes corpos do Estado fazem-nos equacionar um amplo processo de avaliação da organização e da actividade dos órgãos constitucionais do aparelho público.

Título da Comunicação	As consequências do 'capital social' nas formas de participação política em Portugal
Autor	CONCEIÇÃO PEQUITO-TRIXEIRA E FILIPE CHARTERS DE AZEVEDO (spequito@hotmail.com; fcharters@datacritica.pt)
Instituição	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

O conceito de «capital social», a sua formação e as suas implicações têm sido objecto de um intenso debate na Ciência Política, nas últimas décadas. Na presente comunicação, procurar-se-á, através do recurso a informação empírica disponibilizada por inquéritos realizados junto da população, e de índole estritamente académica, perceber quais as consequências do «capital social», considerado aqui como variável independente, sobre as formas de participação política em Portugal, tanto convencionais como não convencionais. Trata-se, pois, de determinar se os baixos níveis de capital social registados em Portugal, quando comparados com outras democracias da nossa área geocultural, condicionam, e de que forma, a participação e o envolvimento dos portugueses nos assuntos políticos.

Título da Comunicação	The Politics of Western and Muslim Identities: A Survey of Muslim Leaders in Portugal	Árabe
Autor	ANDY GOULD (agould@nd.edu)	Auto
Instituição	Associate Professor of Political Science, University of Notre Dame, Kellogg Institute	Instit

RESUMO

What are the religious and political attitudes of Muslim elites in Portugal? The first survey of Portuguese Muslim leaders provides answers. The survey design is based on Jytte Klausen's (2005b) research in northern Europe. Respondents place a high value on their faith and believe that Islam can and should be lived out fully in Portugal and Europe. They state that they feel they belong to the national society and that they understand it well. Muslim leaders approve of multicultural policies and the establishment of multiple religious institutions (including Christian, Jewish, and Muslim); they disapprove of aggressive secularism and of the complete merging of religion and politics. Islamic and Western values are fully compatible in their view, but both Islamic and Western institutions and practices have changed and should change in the course of greater integration. Muslim intellectuals working in the west, political parties, and national policies on religious institutions have all influenced the attitudes of Muslim elites.

de título da Comunicação	"Da neutralidade colaborante" ao "orgulhosamente sós": Duas faces de uma só moeda?
autor	VICENTE DE PAIVA BRANDÃO (vicpaiva@iol.pt)
de instituição	Universidade Católica Portuguesa/Investigador/Doutorando

RESUMO

Na II Guerra Mundial, Portugal ensaiou um novo tipo de posição diplomática em relação a um conflito – a neutralidade colaborante. Face à possibilidade da vizinha Espanha, participar na guerra ao lado da Alemanha, Lisboa definia uma estratégia político diplomática para o evitar. A urgência de tal medida justificava-se, no sentido de evitar que a Península Ibérica mergulhasse num acontecimento, que se viria a revelar, de proporções terríveis.

A verificar-se tal cenário, os países ibéricos alinhariam, muito provavelmente, em lados opostos do conflito. Portugal associar-se-ia aos aliados, por força da aliança com a Grã-Bretanha, e a Espanha não escondia as suas boas relações com Berlim e Roma.

Ora, Lisboa, ao declarar a neutralidade, tomava a iniciativa de se manter ausente do conflito e ficava, assim, numa posição privilegiada para convencer Madrid do mesmo. Salazar, podia, então, dizer com algum conforto a Franco, que era o melhor para os dois Estados.

Na verdade, a Espanha chegou a declarar a não beligerância e a enviar a Divisão Azul para a frente russa. Contudo, nunca participou, formalmente, na guerra. Limitou-se a corresponder, na medida desses apoios, à ajuda prestada por Hitler na Guerra de Espanha.

Mas a neutralidade portuguesa, também era mais do que uma simples afirmação com tal teor. O instrumento diplomático veio a ser utilizado de acordo com os interesses de cada momento e com a intensidade querida perante certa situação ou actor político.

Tratou-se, no fundo, de uma colaboração ocasional e mutante com ambos os lados do conflito. Venderam-se conservas e volfrâmio à Alemanha e, simultaneamente, o comércio decorreu, com toda a normalidade, face aos aliados ocidentais.

É o "orgulhosamente sós"? O chefe do governo português afirmava, na década de 60, que o país se encontrava naquela situação. Isto, atendendo ao ambiente internacional que, na opinião de Salazar, rodeava Portugal.

Lisboa, indignava-se contra a falta de solidariedade face à luta que enfrentava nas suas possessões em África e, simultaneamente, protestava, com ruído, a respectiva capacidade para manter a orientação política ultramarina. Mesmo sozinho.

Na presente comunicação, pretendemos discutir uma eventual relação entre as duas posições político-diplomáticas mencionadas, e as respectivas consequências.

Sala 2

MODERADORA: Paula Duarte Lopes, Univ. Coimbra

Título da Comunicação Políticas de desenvolvimento para os países ACP
Autor SUSANA CABAÇO (susana.laia@gmail.com)
Instituição Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

RESUMO

A agenda política internacional, que testemunhou a emergência de organizações e redes internacionais de ajuda ao desenvolvimento, comprometeu-se com a promoção da democracia e direitos humanos, fazendo destes princípios elementos de 'condicionalidade política' para a cooperação, ao nível da governance/democracy assistance.

Ao longo da década de 90, a cooperação para o desenvolvimento conheceu importantes transformações tendo de fazer face ao ceticismo que se foi instalando. Os países/organizações doadoras passam a sujeitar a maior parte dos programas de assistência a alguns condicionamentos - a ajuda passa a ser concedida prioritariamente aos países que adoptam 'boas políticas' ou põem em marcha processos democráticos, assumindo-se que a ajuda à criação (ou reforço) de instituições democráticas possa orientar e apoiar a consolidação das democracias 'frágeis'. Os doadores parecem procurar 'component partners' no mundo em desenvolvimento e não 'trusty allies', como no período da Guerra-Fria, registando-se uma mudança na abordagem dos direitos para a abordagem do desempenho na prestação da ajuda.

Ao reflectirmos sobre a influência do contexto internacional sobre os processos de democratização é imediata a percepção de que o estudo destas matérias tem estado centrado nos intervenientes e factores internos da transição e consolidação dos regimes democráticos. Esta tendência parece estar a modificar-se uma vez que cada vez mais autores sublinham a pertinência do estudo do impacto das dimensões internacionais sobre as democratizações pós-1989, sobretudo ao nível do papel das intervenções ocidentais.

Título da Comunicação	Cimeira União Europeia-África: desafios de um diálogo inter-regional
Autor	ELSA DO VALE (aldovale@gmail.com)
Instituição	ISCTE, Lisboa

RESUMO

A realização da segunda Cimeira UE-África, em Dezembro de 2007, relança o diálogo e a importância da definição de uma estratégia conjunta entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), pretendendo estabelecer as bases para uma agenda comum entre as duas regiões. Este paper pretende apresentar uma análise desta Cimeira, com base nos desafios do diálogo inter-regional e no confronto entre as expectativas e os resultados alcançados pela mesma. A relevância deste estudo resulta da necessidade de enquadrar e perceber a relação Europa-África no contexto da nova ordem mundial multipolar. Partindo da análise do papel do inter-regionalismo na política externa europeia e das especificidades da relação com África, este projecto tem como objectivos principais: perceber as implicações desta relação para o processo de integração regional africano e, identificar os contornos e os impactos da condicionalidade política europeia nas políticas de cooperação para o desenvolvimento em África. De forma a atingir estes objectivos, o estudo segue uma metodologia mista, pretendendo conciliar a análise de dados estatísticos e documentos de fontes variadas (textos legais, imprensa, etc.), com a realização de entrevistas aprofundadas (mínimo de cinco e máximo de dez) a personalidades do meio académico e político (português e africano).

Título da Comunicação	As doenças infecto-contagiosas no quadro das relações entre Ocidente e Países em Vias de Desenvolvimento
Autor	RICARDO PEREIRA (percirarj@yahoo.com)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

A abordagem tradicional das Relações Internacionais ao tema da Saúde em geral enquadra-se no âmbito dos arranjos de cooperação intergovernamental sectorial e de cooperação para o desenvolvimento. Esta análise, típica da Guerra Fria e da década de 1990, tem sido transferida, desde os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, para o quadro dos estudos da segurança, a começar pela inserção da problemática epidemiológica nos conceitos estratégicos dos países ocidentais, em estreita articulação com uma amálgama de outros fenómenos: pobreza, desequilíbrios ambientais, migrações massivas, falhanço estadual, bioterrorismo, etc. Recorrendo ao caso dos Estados Unidos, analisaremos o carácter de securitização, e respectivas consequências, das actuais políticas de prevenção/tratamento das doenças infecto-contagiosas nos PVD.

re

Titulo da Comunicação On Governance and State-building: Lessons from Areas of Limited Statehood

Autor LARS BROZUS (brozus@zedat.fu-berlin.de)

Instituição Director Research Centre, Freie Universität Berlin

RESUMO

23-

0

12,

, a

es

22,

do

25,

Usually, the governance debate remains focused on an ideal type of the modern nation state - with full internal (domestic), external (or Westphalian) and international sovereignty. This ideal type statehood has been deduced from the image of the so-called Western nation state, particularly the developed welfare state in continental Europe in the 1960s and 1970s. Effective domestic sovereignty and institutionalized checks and balances preventing the abuse of political authority constitute important elements of this definition of statehood. But from a global as well as a historical perspective, the modern nation state is an exception rather than the rule. Outside of the developed world, areas of limited statehood dominate the picture. Limited statehood can be defined by the absence of a state monopoly on legitimate force plus ineffective or non-existing institutionalized checks and balances. But contrary to conventional wisdom, the result does not have to be anomy or anarchy, as current empirical research demonstrates. The governance concept can help to explain why even under conditions of limited statehood some basic services typically attributed to the state (security, political authority, and basic welfare) may be delivered. As a consequence, state-building strategies in areas of limited statehood should be adapted.

Título da Comunicação	Hans Küng - A Relevância De Uma Teoria Da Paz No Âmbito Da Globalização
Autor	RODRIGO MARILINS HIPÓLITO (rdrigo@clix.pt)
Instituição	Assistente de Investigação, NICPRI - Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais

RESUMO

A importância do estudo da globalização enquanto paradigma de desenvolvimento social, económico, político e cultural prende-se com o facto deste processo representar a possibilidade do surgimento de uma nova conjuntura civilizacional para toda a Humanidade.

No âmbito da globalização, a paz torna-se um dos direitos essenciais da Humanidade, enquanto salvaguarda da sua sobrevivência. Embora pareça óbvio argumentar-se que a paz foi desde sempre um ideal partilhado por todos os seres humanos, ao longo de toda a História da Humanidade, se assim fosse - se houvesse realmente uma vontade generalizada de se implementar a paz mundial - não teríamos já atingido esse objectivo?

Hans Küng propõe uma leitura da conjuntura actual e da possibilidade de um processo de paz mundial que é fundamental para o entendimento destas questões. Através de uma análise dessa leitura, é nosso objectivo lançar as bases para a discussão da viabilidade e sustentação desse mesmo processo.

Sala 3

11h30

MODERADOR: João Cardoso Resas, Univ. Minho

cia

Título da Comunicação Power, Plurality and Participation. Recognition as a political argument

Autor CHRISTIAN VOLK (c.volk@gmx.net)

Instituição Aachen University, Ph.D. Student

ial,

do

RESUMO

Hannah Arendt's fundamental critique of metaphysical interpretations of the traditional understanding of human rights will lead her to a political interpretation of human rights manifesting itself in the phrase of "a right to have rights." This paper argues that guaranteeing "human rights," understood as a right to political participation to every person, is a precondition of a powerful community in a world based on plurality. By this means we would provide "human rights" with something they have missed yet: with political vigor.

Examining Arendt's considerations on power and plurality, I identify another concept of recognition – one that is radically different from contemporarily interpretations of recognition made by Honneth, Fraser or Taylor. Hannah Arendt's justification of political participation is neither grounded in a moral or ethical reading of the human being nor in the cultural roots of a community. Her understanding of law is based on an interpretation of human living together that considers plurality to be one of "a few fundamental truths." As a matter of course, the people make the constitution, but to receive a durable and stable one, it should be made for the sake of the world and not for the sake of the nation, the country or the human being. A look at Darfur, Guantánamo, Melilla etc. can reveal that even in the 21st Century we cannot count on a moral universalism that, radically, is lost upon political actions, but that we need to transform its civilizing and humanitarian content into a political argument.

Título da Comunicação	Isaiah Berlin and Hannah Arendt beyond personal dislike. The dispute on the meaning of freedom/liberty
Autor	ÁNGEL RIVERO (angel.rivero@uam.es)
Instituição	Universidad Autónoma de Madrid, Departamento de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Facultad de Derecho. Professor de Ciencia Política y de la Administración.

RESUMO

Isaiah Berlin and, in a lesser degree Hannah Arendt, showed contempt for each other in different occasions during their lives. The vast majority of the commentators of these incidents saw in them manifestations of a lack of sympathy, jealousy, envy or sheer misoginia. On the contrary, I want to show in this paper that contempt and dislike can be explained better attending their radically different concepts of freedom. For Berlin, freedom is liberty; for Arendt, freedom and liberty are not the same. Given that both Berlin and Arendt understood Political Theory as a reflection on the evils of their age, their disagreement on freedom triggered a different understanding of the terrible circumstances of Europe during the XX century. Given also that Political Theory is a practical tool in the understanding of our society, the conflict between the two was inescapable.

ítulo da Comunicação

A cidadania ecológica e o princípio responsabilidade de Hans Jonas: contributos para uma globalização com consciência

utor

ANA SOFIA MENDIS ESTANQUEIRO (sofia.estanqueiro@gmail.com)

stituição

Mestre em Sociologia, variante Poder e Sistemas Políticos -
Universidade de Évora - investigadora (GEPS.UÉ/NICPRH) na linha de
investigação: Novos Paradigmas Numa Era de Globalização.

RESUMO

São dois os motivos que levam Hans Jonas a propor uma nova ética para responsabilidade. Um dos motivos está directamente relacionado com a propensão utópica. Ou seja, num clima de utopismo indesejado e automático, vimo-nos confrontados com alternativas cuja escolha, refere Jonas, exigem prudência e podem uma profunda reflexão. Outro dos motivos incide sobre a nova natureza do agir e sobre o raio de alcance dos novos poderes. Ou seja, passou a existir uma enorme diferença entre o nosso real poder de agir e o nosso poder de prever. Com Jonas, a responsabilidade deixa de ser centrada no passado e no presente. A sua preocupação é com o futuro da humanidade, com as gerações futuras e com a sobrevivência das mesmas. Jonas não está preocupado com a eternidade, mas com o tempo vindouro, compatível com a era da tecnologia, cuja responsabilidade passa a ser o princípio orientador para as decisões que possam interferir nas diferentes formas de vida.

Na medida em que a destruição da terra é tecnicamente possível, é o homem, enquanto actor central das inovações tecnológicas, o principal responsável. Nasce, assim, o princípio da responsabilidade e a proposta de Jonas para uma ética da civilização tecnológica.

Palavras-chave: Hans Jonas, Globalização

Título da Comunicação	Violência e política. Uma reflexão a partir de Nietzsche e René Girard
Autor	LIDIA FIGUEIREDO (lfigueiredo@sapo.pt)
Instituição	Investigadora, CEFi-UCP

RESUMO

Reflecte-se nesta comunicação sobre o binómio política-violência tal como é apresentado pelo pensador francês contemporâneo René Girard, que se debruça sobre o sentido do sacrifício e o papel do "bode expiatório", não só nos rituais religiosos mas também na vida cultural e política. Em alguns dos seus textos, Girard pretende responder a Friedrich Nietzsche, a quem presta homenagem pela percepção da importância cultural do sacrifício, mas de quem difere na avaliação da culpa ou inocência da vítima. Ao declarar a inocência da vítima, com base num juízo objectivo e não apenas num sentimento moral, Girard crê desconstruir o que considera o grande ocultamento da real natureza do mecanismo sacrificial, sem deixar de denunciar, por outro lado, o recurso ao vitimismo como arma política. No princípio é a violência, dizem Nietzsche e Girard, valorizando de modo distinto essa violência. Cabe contrastar os discursos de ambos os pensadores com a realidade histórica da nossa mais imediata actualidade com as perspectivas que esta nos abre.

título da Comunicação	O problema do poder constituinte: um debate em três perspectivas
autor	GUSTAVO CEZAR RIBEIRO (guscezar@hotmail.com)
instituição	Mestrando em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

RESUMO

Modernamente criado na Revolução Francesa, o conceito de poder constituinte passou por diversas análises e reformulações sob a luz de idéias e eventos revolucionários que se produziram a partir de 1789. Perspectivas mais limitadoras de seu potencial e outras que o assumem como absoluto e incontrolável representam os extremos entre os quais um sem número de concepções políticas, teorias do Estado, teorias constitucionais, éticas e políticas se colocam. O conceito, ao ser tomado como o fundamento ontológico da política, acaba por definir também os limites materiais deste campo.

No interior das obras de Hannah Arendt, Antonio Negri e Carl Schmitt, podemos compreender este problema segundo algumas dimensões importantes. Se em Arendt o conceito de autoridade serve de base para pensar os limites do poder constituinte, em Negri e Schmitt sua compreensão se depara com perspectivas bem mais radicais, definidas pela ilimitação. Contudo, neste viés radical vemos que ambos os autores nos levam a desdobramentos teóricos muito distintos. Será a partir destas três referências principais que poderemos identificar alguns elementos fundamentais do conceito de poder constituinte no debate político contemporâneo, onde os temas da democracia, da autoridade, da decisão e da soberania são centrais.

Auditório 3

MODERADOR: António Araújo, FD-UL

Título da Comunicação	Guinea Bissau's Semi-Presidentialism – the key for balance or unbalance?
Autor	ELISABETE AZEVEDO (elazevedo@iol.pt)
Instituição	PhD Candidate – University of Cape Town; Research Fellow – Universidade Católica Portuguesa - IEP

R E S U M O

In this paper it will be discussed the constitutional and contextual aspects of semi-presidentialism in the emerging democracy of Guinea Bissau.

After a short introduction of the main features of multi-party politics in this small but heterogeneous West African country, we will outline when and why Guinea Bissau adopted a semi-presidential system and presents an overview of the details of its constitutional design.

The adoption of semi-presidentialism in Guinea Bissau can best be understood against the background of both external and internal pressure. On the one hand there clearly was a lusophone and regional influence in the constitutional design Guinea Bissau adopted at the end of its single party era. On the other hand, the system that was put into place seemed to be as much a product of the internal dynamics of the country, most importantly the powerful position of the former liberation movement PAIGC.

This paper will describe how semi-presidentialism is working in practice and identify a number of positive and negative aspects of the current system. Finally, the paper will discuss what the implications are for the survival and quality of democracy in Guinea Bissau.

Área da Comunicação Teoria e Prática do Semi-Presidencialismo em São Tomé e Príncipe

Autor GERHARD SEIBERT (mailseibert@yahoo.com)

Instituição Bolseiro de Pós-Doutoramento, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

RESUMO

Esta comunicação analisa o regime semi-presidencial em São Tomé e Príncipe, de uma perspectiva constitucional e também a forma como as instituições evoluíram na prática.

Título da Comunicação	O Papel do Chefe de Estado no Semi-Presidencialismo Cabo-verdiano	
Autor	DANIEL HENRIQUE COSTA (daniel.costa@inag.gov.cv; costadh@gmail.com)	Títul
Instituição	Presidente do Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG)/Universidade de Cabo Verde	Auto

RESUMO

O paper aborda a polémica sobre o sistema de governo em Cabo Verde, sua consequente classificação e os poderes atribuídos ao presidente da República no sistema. Tratam-se de algumas questões mais candentes produzidas pelo processo da transição democrática, iniciada com a revisão constitucional de 1990, em Cabo Verde, que ainda têm gerado alguns equívocos. Para muitos dos participantes do debate sobre o assunto, em Cabo Verde, a Lei Constitucional adoptada em 1992, após a revisão liderada pelo MpD, partido vencedor da primeiras eleições democráticas do ano anterior, acabou por estabelecer um sistema parlamentar ou parlamentar mitigado, ao reduzir alguns poderes do presidente da República, anteriormente conferidos pela revisão de 1990, o que confere ao presidente da República o papel de mero "corta-fitas". Contrariamente, no nosso paper afirmamos e demonstramos que o sistema de governo adoptado em Cabo Verde é semipresidencial, de acordo com a estrutura institucional estabelecida com a revisão de 1990, ratificada pela revisão constitucional de 1992, e que apesar desta última ter limitado alguns poderes do presidente da República, o mesmo continua política e institucionalmente relevante e influente no processo governativo, graças às importantes prerrogativas que a Constituição lhe conferem.

tema da Comunicação	O Semipresidencialismo Português Revisitado: O Papel do Presidente na Política Nacional, 1976-2006
autor	OCTAVIO AMORIM NETO E MARINA COSTA LOBO (oamorim@fgv.br; marina.costalobo@ics.ul.pt)
instituição	Professor, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil; Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

R E S U M O

Este artigo investiga o papel do chefe de Estado português no processo político, no âmbito do regime semi-presidencial, desde a sua criação em 1976 até 2006. Inicialmente, examinamos os estudos existentes sobre o papel do presidente português no sistema político e apresentamos uma síntese dos artigos constitucionais que sustentam o poder presidencial e a forma como estes evoluíram. Em seguida, apresentamos e discutimos novos dados sobre o papel do chefe de estado português no processo político. Enfatizamos papel do presidente na nomeação e demissão do governo; os seus poderes de dissolução do parlamento; a sua influência nas nomeações ministeriais; os poderes de envio de leis para verificação de constitucionalidade ex ante pelo Tribunal Constitucional; os seus poderes de veto; e finalmente a influência Presidencial na definição da agenda mediática através de iniciativas que visam moldar essa mesma agenda. Em conclusão, salientamos que o regime português tem-se mantido solidamente semi-presidencial porque o presidente continua a desempenhar um papel relevante na política nacional.

12:30-14:00

Sala 1

MODERADOR: António Costa Pinto, ICS-UL

Título da Comunicação	A democracia interna segundo os estatutos dos principais partidos portugueses
Autor	ANTÓNIO MANUEL REVEZ (revezius@gmail.com)
Instituição	Doutorando de Sociologia Política da Universidade de Évora e Bolsista de Doutoramento da FCT

RESUMO

A partir de uma definição mínima de democracia interna nos partidos políticos são identificadas as suas dimensões de análise e respectivos indicadores, proceder-se-á à operacionalização destes elementos nos estatutos dos principais partidos políticos portugueses, desde 1974 até à actualidade, de modo a aferir-se o modelo de democracia interna aprovado estatutariamente por cada partido, e a conhecer-se a evolução operada nos diversos modelos de democracia intrapartidária.

Titulo da Comunicação	Autonomia Açoriana – Partidos Políticos na Transição para a Democracia
Autor	JOÃO RICARDO VASCONCELOS (jrpsvasconcelos@gmail.com)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Doutorando

RESUMO

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 e as suas primeiras consequências representaram para os Açores uma importante ruptura na dinâmica política regional. O início da transição para a democracia ficou marcado pelo surgimento de uma dinâmica política particularmente desconhecida na região.

A implantação e afirmação dos partidos políticos no arquipélago durante o referido período revelou-se determinante para a configuração do sistema de partidos nos Açores nos anos que se seguiram. Destaca-se nomeadamente a afirmação de um sistema de partido predominante durante os primeiros 20 anos de democracia, com as consecutivas maiorias absolutas do PPD/PSD.

Na presente comunicação procuraremos caracterizar o modelo de formação e afirmação das principais forças políticas no arquipélago durante a transição para a democracia, analisando os fatores ambientais, sobretudo políticos, que terão influenciado decisivamente a implantação de um dos principais partidos.

Para o efeito, dedicaremos uma particular atenção às seguintes variáveis: as redes sociais em que se assentaram os diversos partidos; a influência e reconhecimento dos líderes no contexto regional; o posicionamento dos partidos sobre as temáticas da autonomia e do independentismo e; o contexto de aceitação ou hostilidade ambiental que cada uma das forças políticas enfrentou a nível regional.

A presente comunicação basear-se-á nas conclusões da dissertação de Mestrado em Ciência Política do autor, defendida em Abril de 2006 no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Título da Comunicação	A influência dos media na imagem dos candidatos
Autor	SUSANA SALGADO (susana.salgado@liber4e.com)
Instituição	Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (Doutoranda em Ciências Sociais com especialização em Sociologia Política; Tese entregue aguardar a realização das provas de Doutoramento) e FCSH - Universidade Nova de Lisboa (Docente e responsável pela disciplina de Políticas Públicas e Agendamento). Bolseira da FCT

RESUMO

O objectivo deste paper é compreender a construção política e mediática dos candidatos às presidenciais de 2006 em Portugal. Acreditamos que as imagens dos candidatos podem ser um importante factor de influência no comportamento eleitoral e propomos um conceito de 'imagem do candidato' com diferentes dimensões: as características pessoais do candidato, a pertença partidária e as questões às quais ele é associado, bem como a forma como ele se apresenta aos eleitores através dos media. Integramos a nossa investigação nas pesquisas sobre Media e Política propondo uma abordagem baseada na análise de conteúdo dos media e em entrevistas aos candidatos presidenciais, aos seus responsáveis de Comunicação, a comentadores políticos e jornalistas.

Os resultados confirmam que os media são mais do que meros intermediários, ajudando a construir as mensagens e imagens políticas. Através da identificação de um grau crescente de interpretação jornalística e da tendência para o mimetismo mediático, os políticos usam os media como um laboratório onde testam decisões antes de as tomar e anunciar. A análise aponta, pois, para a existência de efeitos indirectos dos media sobre a política e sobre os cidadãos-eleitores.

Título da Comunicação Dirigentes de Juventudes Partidárias: Inserções e Mobilizações

Autor JORGE HENRIQUE HORTA FERREIRA (jorge.horta.ferreira@iscte.pt)

Instituição Investigador CIES-ISCTE

RESUMO

Este trabalho propõe-se alargar e aprofundar o conhecimento disponível acerca dos/das jovens que participam de forma activa e organizada na vida política através da sua militância em organizações partidárias de juventude, incidindo concretamente sobre os quadros executivos nacionais das mesmas. Procura-se apreender os principais factores de socialização e mobilização política destes jovens, as suas orientações, representações e práticas em diversos domínios e as aspirações e expectativas subjacentes à sua participação política.

Considerando o papel e a importância das juventudes partidárias no sistema político português, uma abordagem compreensiva às características das suas elites dirigentes poderá trazer aportes substantivos ao conhecimento acerca da juventude, designadamente da juventude politicamente activa e organizada, mas também do sistema político em geral, e, mais especificamente, do sistema partidário, no que respeita a processos de recrutamento, composição, e organização.

Para concretizar estes objectivos, proceder-se-á à aplicação de um inquérito por questionário aos membros dos órgãos executivos nacionais das organizações políticas de juventude afeitas aos partidos com representação parlamentar, e também à realização de entrevistas de enquadramento com os respectivos líderes e/ou responsáveis pela organização interna.

Título da Comunicação	Conhecimento Científico e Deliberação no Parlamento Português: Os Casos da Energia Nuclear e da Procriação Medicamente Assistida
Autor	TIAGO SANTOS PEREIRA, ANTÓNIO FARINHAS RODRIGUES, ANTÓNIO CARVALHO E JOÃO ARRISCADO NUNES (tsp@ces.uc.pt; afarinhas@ces.uc.pt; amcarvalho@ces.uc.pt; jan@ces.uc.pt)
Instituição	Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Investigador Júnior, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

RESUMO

As sociedades contemporâneas são marcadas por questões de base científica e tecnológica, por vezes controversas. No entanto, ao nível político, nem sempre o tratamento destas questões tem sido efectuado da forma mais robusta e efectiva. O paradigma da dupla delegação[1] baseia-se na transferência da autoridade a funcionários e eleitos, e consequente delegação da autoridade para gerir problemas técnicos e científicos a peritos. Consoante os diversos desenhos institucionais, foram-se também constituindo diversos órgãos de assessoria a questões de C&T que reforçaram este processo de delegação. No entanto, com a emergência de novos riscos[2], tornou-se pertinente envolver os cidadãos num processo reflexivo de deliberação que os transformasse em actores nas decisões de C&T.

Os parlamentos nacionais, espaços por excelência do trabalho legislativo, devem reflectir estas preocupações das democracias contemporâneas. No caso português os deputados não têm o apoio de organizações de fronteira neste processo, no exercício da sua função de representação, no debate de questões de base em C&T. Este sistema, com as suas formas de responsabilização, deliberação e selecção de peritos, acaba por reflectir a existência de diversas epistemologias cívicas[3].

Através de dois estudos de caso no Parlamento Português (sobre energia nuclear e procriação medicamente assistida (PMA)) iremos analisar a existência de dupla delegação, através de modo como estes temas são tratados pelos deputados e como ocorre a intervenção de peritos.

[1] Callon et al., 2001

[2] Beck, 1986

[3] Jasanoff, 2005

MODERADOR: Luís Lobo-Fernandes, Univ. Minho

Titulo da Comunicação **Securitização do conceito de crime organizado no pós-guerra fria: um olhar crítico sobre as teorias da Escola de Copenhaga**

Autor **HELENA CARRAPIÇO (Helena.Carrapico@EUI.eu)**

Instituição **Instituto Universitário Europeu, Florença**

RESUMO

Since the beginning of the 1990's, the European Union has started to pay more attention to organized crime and has gradually come to consider it as a very serious security problem. In its current discourse, the EU depicts organized crime as a growing threat to democracy, to the functioning of markets and to the safety of its citizens. As a consequence of this reasoning, the EU has been developing protection mechanisms in order to safeguard the citizens and the society in general against organized crime-, based on a so-called common understanding of this phenomenon. The outcome of this process has been the setting up of a complex structure made of numerous repressive and preventive instruments, where law enforcement agencies have gained increased powers and where the emphasis has been put on security rather than on the liberty of European citizens. According to the mainstream discourse, as Member States are no longer able to cope with this phenomenon on an individual basis, there is an urgent need to complement, and even replace, national initiatives with more efficient European mechanisms.

According to the Copenhagen School, the evolution of organized crime's perception and its subsequent responses can be depicted as a securitization process: a securitizing discourse has been successfully applied to organized crime, which has risen to the level of existential threat and justified the usage of extraordinary measures. Bearing this in mind, this paper wishes, firstly, to point out how the evolution of organized crime's perception can be read as a securitization story. It will then underline the limitations of attempting to explain this situation in the light of the Securitization theory alone. In this respect, the paper would like to focus on two different limitations: the articulation of various securitizing discourses and the Copenhagen School's focus on discourse. On one hand, the European Union's understanding of organized crime is a complex one and cannot be explained by one single process of securitization. There are numerous actors, with different levels of legitimacy, trying to implement their own agendas and producing different securitizing discourses. What is interesting about this precise situation is to analyze how multiple securitizing processes have articulated themselves, so as to give rise to a unified perception of this phenomenon. Related to this idea is the question on whether the creation of this harmonized perception could have taken place based solely upon the production and articulation of discourses. Do practices and images play any significant role in the process?

Título da Comunicação	Da responsabilidade das empresas militares privadas. O choque de "civilizações"
Autor	CARLA MARCELINO GOMES (cmarcelinogomes@yahoo.com.br)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

O centro nevrálgico da análise situar-se-á nas consequências nefandas do uso das Empresas Militares Privadas (EMP), em cenário bélico ou pós-bélico, e na avaliação dos mecanismos actualmente existentes de vigilância, controlo e responsabilização das mesmas. No enquadramento conceptual, situado no âmbito da privatização da violência, pretendo delinear o objecto das EMP, quer do ponto de vista científico, quer contextual, explicitando algumas das razões do seu aparecimento e o corte que significam com paradigmas clássicos. De seguida, procede-se a uma descrição da própria indústria das EMP, numa tentativa de desvelar os mitos e interrogações em que aquela indústria se encontra incrustada. Já numa fase mais densa da presente reflexão, encontrar-se-á a subsunção desta realidade ao Direito vigente, através de um enquadramento das actividades das EMP e do estatuto dos seus funcionários, à luz do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos. Ainda nesta dinâmica, faço uma breve análise legislativa comparada, socorrendo-me de instrumentos jurídicos de vários países, adoptados como resposta a questões prementes das EMP. A exposição segue com uma breve referência ao posicionamento da comunidade internacional, nesta matéria que, finalmente, começa a despontar na agenda internacional. Termino com uma breve resenha conclusiva que pretende sublinhar a necessidade de responsabilização de todos os actores envolvidos nas actividades das EMP e com uma referência última a este novo cenário que, privilegiando a privatização da violência, se dirige, a meu ver, para um choque de civilizações.

Titulo da Comunicação	Europeização: definição e operacionalização de um conceito num estudo sobre a cooperação entre as Forças Armadas dos Estados Europeus
Autor	MARCO ROSA (silvarosa@netvisao.pt)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

Nesta comunicação será explorado um aspecto específico de uma pesquisa sobre a crescente interacção cooperativa entre as forças armadas dos Estados europeus e o impacto deste fenómeno em termos da eventual Europeização das culturas nacionais de segurança e defesa. Esse aspecto diz respeito à necessidade de maior rigor na definição e na operacionalização do conceito de Europeização no campo das Relações Internacionais.

Como tal, em primeiro lugar, será abordada a questão da definição do conceito em termos das dimensões, dos processos e dos agentes associados a um projecto político específico, historicamente situado, sem rumo definitivo, que se designa de União Europeia. Em segundo lugar, será abordada a questão da operacionalização do conceito tendo em conta as seguintes linhas de análise: (1) necessidade de formulação de hipóteses alternativas à possibilidade de Europeização (e.g. internacionalização); (2) necessidade formulação de hipóteses que tenham em consideração os impactos relativos da Europeização; (3) necessidade de distinção entre Europeização e as suas consequências; e (4) importância da identificação dos mecanismos de Europeização. Por último, será proposta uma definição do conceito, assim como uma operacionalização adequada à metodologia e aos objectivos da investigação em causa.

Título da Comunicação	Exércitos Convencionais em Conflitos Não-Convencionais: Modelos Teóricos e Mudança Doutrinal nas Guerras da Descolonização (1945-1975)
Autor	BRUNO CARDOSO REIS (bcreis37@gmail.com)
Instituição	Investigador coordenador, IFEI

RESUMO

Este paper procura olhar para um tema muito pouco trabalhado nas Relações Internacionais - os conflitos assimétricos. A maior parte dos modelos explicativos existentes aplicam-se explicita ou implicitamente apenas ao conflitos entre Estados. É assim com os trabalhos que procuram explicar em termos de factores internacionais o desenvolvimento de estratégias militares adequadas (ou não), nomeadamente as abordagens Neo-Realistas, por exemplo, de Barry Posen, as da Política Burocrática, mais ou menos emendada, por exemplo, por Richard Betts, e as análises Culturalistas, sobretudo mas não exclusivamente Constructivistas, por exemplo, de Elisabeth Kier. O que se procura neste estudo é, a partir de uma prévia comparação dos percursos doutrinais dos três casos de maior envolvimento em guerras da descolonização - França, Grã-Bretanha e Portugal - perceber até que ponto esses modelos teóricos podem ser adaptados para explicar a forma como esses países se adaptaram ao desafio dos conflito assimétricos, cada vez mais dominante no vida internacional das últimas décadas. Concluiremos esboçando uma teoria intermédia que procura explicar o lugar periférico dos conflitos não-convencionais nos exércitos profissionais em geral, assim como as variações encontradas nestes três casos; e explorando eventuais implicações para a resposta pelos Estados a este tipo de conflitos assimétricos, cada vez mais frequente. Nomeadamente ao nível da possível vantagem relativa da cultura estratégia europeia enriquecida por esta experiência face, por exemplo, à norte-americana.

975

MODERADOR: José Manuel Moreira, Univ. Aveiro

Grupo da Comunicação Towards a Fiscal Illusion Index

Autor PAULO REIS MOURÃO (paulom@eeg.uminho.pt)

Instituição Economics Department, University of Minho

RESUMO

This paper presents an index of Fiscal Illusion for 68 democratic countries from 1960 to 2006. In the construction of the index methodological issues were carefully taken into account. The results obtained reveal that fiscal illusion varies greatly around the world. Countries such as Mali, Pakistan, Russia and Sri Lanka have the highest average values over the time period considered; while Austria, Luxembourg, Netherlands and New Zealand have the lowest. Regarding the time dimension, between 1980 and 1995 there was a significant decrease in the average value of the index across countries, suggesting a reduction in the adoption of fiscal illusion measures during this period. After 1995, the index remained stable in most of the countries.

Keywords: Fiscal Illusion; Indexes/Indicators; Democracy

JEL Codes: C82; E62; H11; H30

Título da Comunicação	(Re) Construção do Estado	Título
Autor	JOSÉLIA MARIA GONÇALVES (josefia.m.goncalves@gmail.com)	Autor
Instituição	Docente Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; Investigadora do A - Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais (Universidade de Évora)	Institui

RESUMO

O Estado assume modos diferenciados de organizar o poder político em função do estágio de evolução das sociedades. Contudo, marcas de ambiguidade, de relativismo e de ambivalência organizativa encontram-se presentes na relação entre os diferenciados níveis de administração.

A produção de novos espaços de conflito e a consequente inabilidade do Estado para satisfazer as exigências/aspirações das sociedades, hegemonicamente instrumentais, confluem numa crise de confiança do próprio Estado democrático, materializada, entre outros aspectos, em desfasamentos entre a sociedade civil e os processos e estruturas políticas.

O aumento da complexidade social e da democratização das sociedades, articulado com a redefinição do papel do Estado, no sentido da crescente regulação socio-político-económica, e as significativas mutações nas expectativas dos cidadãos quanto aos seus direitos e ao desempenho da Administração Pública, evidenciam exigências acrescidas relativas ao seu funcionamento.

Sendo a estabilidade governativa preponderante, a questão da reformatação do contrato social, no contexto do regime democrático e da acção de regulação do Estado-Providência, torna-se estruturante.

Estudo da Comunicação

A importância da Avaliação de Políticas Públicas como instrumento da consolidação democrática

Autor
de
instituição

INES FERREIRA CARNEIRO (ines.carneiro@gmail.com)

Mestrando do Instituto de Ciências Sociais; Assistente de Investigação no Centro de Estudos de Transdisciplinares para o Desenvolvimento, UTAD

RESUMO

A Avaliação de Políticas Públicas tem vindo a adquirir cada vez mais importância, não só no âmbito da Ciência Política, como das próprias estruturas administrativas que, ao longo do tempo, a vão incorporando nos seus procedimentos. No entanto, importa perceber quais os principais factores que condicionaram os processos de integração deste instrumento nos procedimentos administrativos no nosso país, bem como as mudanças ocorridas nas estruturas administrativas ocasionadas por aquele processo.

Percorrendo a história da Administração Pública Portuguesa desde o início da Ditadura Militar em 1926, passando pelo período de transição à democracia e até aos nossos dias, tentar-se-á perceber que papel foi adquirindo a Avaliação das Políticas Públicas nas sucessivas reformas administrativas e como é que factores como a situação económica do país, a ideologia partidária dos partidos no governo, a transição à democracia, a consolidação democrática e a integração europeia contribuíram para esse papel ao longo do tempo.

Tendo em conta que a qualidade de um regime democrático passa, também, pela responsabilização dos actores políticos, e que a avaliação rigorosa das políticas que estes concebem e implementam assumirá, neste processo, um papel fundamental, será dada especial atenção à relação recíproca entre a consolidação democrática e a Avaliação de Políticas Públicas. Isto é, tentar-se-á perceber, quer o papel que a consolidação democrática assume no processo de incorporação da avaliação de Políticas Públicas nos procedimentos administrativos em Portugal, como o papel dessa incorporação no processo de consolidação democrática portuguesa.

Título da Comunicação:	O Papel das Organizações Nacionais de Marketing Social nas Políticas Públicas: As Experiências do Canadá, Estados Unidos e Inglaterra
Autor:	CARLOS OLIVEIRA SANTOS (carlos.o.s@mail.telepac.pt)
Instituição:	Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutorando em Gestão pelo ISCTE

RESUMO

Esta proposta de Comunicação insere-se no âmbito da minha investigação de doutoramento sobre:

Marketing Social nas Políticas Públicas

O Papel Nacional de Instituições Centrais

O seu conteúdo centra-se na análise de estratégias nacionais de Marketing Social e num estudo comparativo das respectivas organizações, em três países: a Social Marketing Network (Canadá); o National Center for Health Marketing (EUA); o National Social Marketing Centre (Inglaterra).

Decorre da minha anterior comunicação ao III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (Lisboa, 2006), sobre «As Políticas Públicas na Perspectiva do Marketing Social» (publicada na Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, nº 3, Julho de 2006, pp. 28-35, com o título «O Marketing Social como Instrumento das Políticas Públicas»)

Assiste-se, hoje, a um claro e vasto crescimento da consciência da necessidade de conjugação do que Andreasen (Social Marketing in the 21st Century. Thousand Oaks, Cal.: Sage, 2006) distingue como dois tipos de abordagens do Marketing Social: as downstream approaches (intervenção pontuais levadas a cabo por organizações específicas, directamente envolvidas pelos problemas sociais); e as upstream approaches (intervenção mais globais e profundas envolvendo legisladores, decisores políticos, dirigentes sociais, lideranças institucionais e mediáticas nomeadamente).

Esta visão alargada do papel do Marketing Social, veio aprofundar a sua dimensão, bem como a importância de organizações nacionais que suportem e incentivem aquela conjugação.

Estado da Comunicação

Reforma da Administração Pública: Antes e Depois da Democracia

Autor

JOSÉ ALBUQUERQUE MARTINS (jalbmartins@iol.pt)

Instituição

RESUMO

Neste trabalho retrata-se as transformações de que foi objecto o Estado, na sua figura de Administração Pública, ao longo dos últimos 100 anos. Transformações, designadas por Reforma(s), política pública de reorganização do Estado por razões políticas ou de actualização das normas de funcionamento da Administração Pública.

Assim, e numa perspectiva longitudinal, essas políticas atravessando sistemas ou regimes políticos diferentes: Monarquia, República, Corporativismo e, depois, a República em Democracia, a Administração Pública absorveu os princípios ou comportamentos caracterizadores de cada um desses regimes.

Por outro lado, assistimos, funcional, orgânica ou instrumentalmente a ênfases diferentes. Se de início a preocupação se centrou na optimização ou normalização de instrumentos contabilísticos (a classificação financeira das receitas e despesas e apresentação económica de orçamentos), logo passou a fundos orgânicos e funcionais (estruturas da administração pública e a regulação dos seus recursos humanos) em assuntos tão diversos como as normas de admissão, selecção e escolha de funcionários, os modos ou métodos de trabalho, o crescimento das funções do Estado como, também, o crescimento dos departamentos que compõem cada um desses serviços ministeriais que passaram a explorar o espaço público de prestação administrativa ou económica.

Auditório 3

MODERADORA: Catherine Meury, CIES-ISCTE

Título da Comunicação	Searching for a Democratic Model of the European Union: Representation, Deliberation or Participation?
Autor	GERT-RÜDIGER WEGMARSHAUS (wegmarshaus@hotmail.com)
Instituição	EuroCollege, University of Tartu, Director, Professor of Political Science

RESUMO

The European Union is widely regarded to be a bureaucratic, elite driven endeavour. This perception indicates the EU not to be a proper part of people's life worlds ("Lebenswelten" - Jürgen Habermas). The concept of democratic representation through national and European elections unfortunately perpetuates the division between political elites at one hand and the wider public at the other making it difficult to arrive at a notion and a practice of substantial, participatory democracy for the European Union ("Thick Democracy" - Benjamin Barber).

The theory of deliberative democracy in general and the EU applied concept of "Deliberative Supra-nationalism" (Jürgen Neyer) in particular aim at overcoming limitations of traditional EU integration concepts. Deliberative Supra-nationalism claims to give due intellectual weight to the role of rational argumentation, public reasoning and standards of discursive practices. However, this concept focuses strongly on bureaucratic discursive practices, losing out of sight the wider public in Europe.

The need for improved democratic legitimacy of the EU invites for innovative concepts of European Democracy: More promising appears to be a concept based on political education, on trans-national projects and civic participation ("Shared and pooled experience" - John Dewey). European deliberation grows out of European practices, out of common projects and trans-national initiatives.

Área da Comunicação Delegation versus legislation in the European Union

Autor CATHERINE MOURY ET AL

Instituição PhD in "European and Comparative politics", researcher; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE)

RESUMO

The relationship between the Council and the Commission's implementing powers may be perceived of as a relationship of delegation. The Council charges the Commission with the task of fleshing out primary legislation while at the same time establishing comitology procedures as mechanisms of control and active participation of member governments in detailing primary legislation (i.e. issuing secondary legislation).

The question of how to decide, to legislate or to delegate, has been at the core of political science for a very long time. When does a legislative body delegate broad authority for executive decision making? According to the existing literature, the initial reasons for delegation are the increase of speed, efficiency and expertise of policy making. From this premises we can extrapolate that, in the EU, enlargement to new Member states with divergent preferences might raise the costs of joint decision-making, whereas the delegation of the detailed aspects of these decisions to executive experts may facilitate decision-making and add to the likeliness of integrated policy making. Thus, we could expect more delegation to the Commission with an increased number of Member states.

In this paper, we try to check whether this proposal is correct. We first discuss these problems in theoretical and empirical terms. We develop a rational institutionalist argument linking political science principal agent and transaction cost theory of why delegation occurs, persists and expands and why it may facilitate the integration of a polity of increasing members of increasing diversity such as the European Union. The theoretically derived propositions will be subject to an empirical assessment. We empirically document the development of legislative and delegation decision-making over the last 12 years (1994-2006) on the basis of a large set of quantitative data comprising all legislative and delegation acts showing the overall development of legislation and delegation respectively and typical patterns of development in different sectors of European policy making (and selected national cases of policy making).

Título da Comunicação O déficite democrático da União Europeia e os parlamentos regionais

Autor CELSO CANCELA OUTEDA (ccancela@uvigo.es)

Instituição Univ. Vigo-Galiza, Prof. Contratado doutor de Ciencia Política e da Administración

RESUMO

Dende o comezo da década dos 90, a mobilización rexional no contexto da Unión Europea concentrou boa parte da atención de académicos e políticos. En concreto, a intervención das entidades rexionais ou subestatais no proceso de toma decisións europeo e na súa implementación alí onde as respectivas constitucións lles reservaban as correspondentes funcións. Con tal fin ideáronse diversas fórmulas de participación rexional, directa ou indirecta, que foron concebidas e arielladas coa mente posta nos gobernos e administracións rexionais, descoñecendo aos legislativos rexionais, singularmente aos dotados de capacidade lexislativa efectiva. Deste xeito, entre as consecuencias negativas ocasionadas polo proceso integración en relación ás asembleas parlamentarias, incluídas as rexionais, figura a distorsión da relación parlamento-goberno en favor deste último.

Esta contribución pretende ofrecer unhas breves reflexións sobre as posibles aportacións que os parlamentos rexionais poden realizar para edificar un espazo político europeo. Pretende ser unha invitación aos parlamentos subestatais para incorporar a necesaria dimensión europea no seu funcionamento cotiá ("europeización" da axenda, o debate e a actuación parlamentarias); a tomar conciencia da súa contribución á formación dun espazo político europeo; a adoptar unha actitude proactiva respecto da integración e do proceso político europeo.

En suma, os parlamentos rexionais, ao igual que os nacionais, poden contribuir a mitigar o déficit democrático da Unión Europea e a colaborar na construción do espazo público europeo.

Título da Comunicação	'Défice democrático', 'défice mediático'? A hipótese de um 'espaço público europeu' na cobertura dos referendos ao Tratado Constitucional
Autor	ANA ISABEL MARTINS (anaismartins@gmail.com)
Instituição	Universidade de Coimbra, Bolseira de Doutoramento [a iniciar em Janeiro de 2008].

RESUMO

A presente comunicação pretende explorar até que ponto os debates sobre o Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa (TCE) concorreram para a emergência de um 'espaço público europeu' (EPE). A hipótese normativa de um EPE tem motivado um número crescente de investigações, mas estas revelam-se, na sua maioria, demasiado especulativas e desligadas de uma dimensão empírica. Propomos que essa lacuna seja preenchida pelo estudo da acção dos meios de comunicação social, na qual reconhecemos a capacidade de traduzir semânticas e discursos transversais ao palco da UE em experiências tangíveis e mensuráveis. Analisando a cobertura dos referendos espanhol, francês e holandês ao TCE na imprensa de referência europeia, será nosso objectivo perceber se os jornais concorreram para a criação de uma plataforma comum de discussão ou, inversamente, de uma ideia de Europa filtrada por olhares nacionais. Este trabalho permitirá-nos avaliar, por um lado, a importância da via referendária como meio de legitimação das deliberações comunitárias ('déficedemocrático') e, por outro, o papel dos media enquanto veículos de intermediação entre o público e a UE ('défice mediático').

Título da Comunicação	Subsidiarity: principle of political ethics and principle of European Union. On history of interplay
Autor	MICHAŁ GIERYCZ (m.gierycz@gmail.com)
Instituição	Ph.D., Institute of Political Science, Cardinal Stefan Wyszyński University, Warsaw

RESUMO

Submission relates to the problem of relation between ethical and political areas in EU politics by analyzing the case of subsidiarity principle. The main thesis is that, although subsidiarity was deeply modified during its application into politics and law, it's primary understanding has still important impact on European Union. The case of subsidiarity can be then treated as an example of limits of political modifications on, rooted deeply in culture, ethical concepts.

The author analyses:

- how it had happened that European political discourse modified so deeply meaning of well-known principle of ethics of governance;
- how classic, developed on the ground of Christian social thought, understanding of subsidiarity, although not present in primary law, is still present within European politics.

100-1538

Sala 1

MODERADOR: Filipe Carreira da Silva, ICS-UL

Título da Comunicação Political Discourses and Immigration Policies in Southern Europe: a Comparative Perspective

Autor ANY CORREIA FREITAS (any.freitas@eu1.eu)

Instituição Doutoranda, Instituto Universitário Europeu

RESUMO

In this paper I will explore how political representations might have an impact on policy preferences and outlines. The influence of political 'frames' on public policies should be studied on the specific realm of immigrants' social and political integration from a comparative perspective. Empirically, three 'recent immigration countries' of Southern Europe, namely Spain, Italy and Portugal, have been selected as case-studies. I will firstly try to demonstrate how issues related to nationhood and us/them relations have been framed in these countries. These issues are particularly relevant as they encompass questions such as whether a multicultural society can be considered a possible or desirable aim to be achieved through policy-making; and what should be the nature and limits of such society. I shall afterwards assess whether and how such frames might have shaped public policies and practices. As a result, this study will attempt to demonstrate that the existence of different ways of defining citizenship in these three countries has eventually lead not only to quite different ways of representing immigrants in public sphere, but also (or consequently) to different ways of defining policy goals and the best ways to achieve them.

Título da Comunicação A política de imigração do Estado português entre 1993 e 2004

Autor JOÃO CARVALHO (j.carvalho@shef.ac.uk)

Instituição Universidade de Sheffield, PhD student

RESUMO

Na actualidade, as migrações internacionais assumem-se como um dos maiores desafios colocados ao poder político. Tradicionalmente associado a um país de emigração, Portugal tornou-se, simultaneamente, um país de imigração a partir das décadas de setenta e de oitenta.

Nos Estados-membros com uma experiência migratória mais longa, a questão da imigração desperta uma elevada saliência na agenda política e na opinião pública desses países. Aliás, este fenómeno social é considerado como sendo uma "nova clivagem social", que atravessa as tradicionais divisões dos sistemas políticos desses países.

Em Portugal, a política de imigração tem merecido sucessivas alterações por parte dos diferentes governos partidários formados desde 1991. Recentemente, a população estrangeira a residir legalmente em Portugal duplicou de dimensão, ultrapassando os 400 mil indivíduos estrangeiros. No entanto, a questão da imigração continua a deter uma reduzida saliência na agenda política e na opinião pública portuguesa.

Por estes motivos interessa conhecer as políticas de imigração implementadas pelos diferentes Governos partidários formados entre 1991 e 2004. O objectivo desta apresentação consiste em analisar as alterações instituídas nesta política pública por cada um desses executivos, de forma a conhecer a natureza das políticas implementadas e relacioná-las com o posicionamento no espectro ideológico-partidário de cada um desses Governos partidários.

Área de Comunicação Valores políticos de inmigrantes y descendientes portugueses y españoles en la Venezuela del siglo XXI

Autor ADOLFO VARGAS (avargas@usb.ve)

Instituição Ph. D. en Ciencia Política (University of Connecticut, USA); Profesor del Postgrado en Ciencia Política de la Universidad Simón Bolívar, Venezuela

RESUMO

En esta investigación examino los valores políticos de inmigrantes y descendientes portugueses y españoles en la Venezuela del Siglo XXI.

Basado en entrevistas en profundidad realizadas a inmigrantes y descendientes portugueses y españoles, construyo un mapa de referencia sobre los valores políticos de este sector de la población Venezolana respecto a temas cruciales como: la tolerancia política; la libertad de expresión, deliberación y asociación; el respeto de las reglas de juego; la alternabilidad política; la institucionalidad democrática y la independencia de los poderes políticos.

A partir del mapa de referencia de los valores políticos de inmigrantes y descendientes portugueses y españoles elaboro una comparación con los valores políticos de la población Venezolana, haciendo uso de la encuesta de valores y actitudes políticas Faralelo 2003.

Es mi hipótesis que alrededor de la identidad de inmigrante en Venezuela existe un sistema coherente de valores políticos que permitiría diferenciar este sector de la población en términos de cultura política. Esta investigación ayuda a entender el rol de los inmigrantes en los eventos históricos y políticos de los últimos años

Título da Comunicação	Descendientes de Portugueses venezolanizados, retornando a la madre patria: Por qué?
Autor	ZAIRA REVERÓN (zarevero@usb.ve)
Instituição	Ph.D in Political Science, Universidad Simón Bolívar. Profesor Agregado

RESUMO

Recientemente el número de ciudadanos venezolanos emigrando hacia otras naciones ha incrementado; descendientes de inmigrantes portugueses mayoritariamente están abandonando Venezuela. Se examinarán las razones que expone el joven descendiente de portugueses en Venezuela para emigrar hacia Portugal. Parto del supuesto de que existe una relación entre esta migración y la confianza de los ciudadanos en las instituciones del Estado venezolano. Confianza en las instituciones es una variable principal para el estudio de la

governabilidad del sistema político democrático. Analizo y evalúo las

razones que expone el joven, descendiente de portugueses, que planea emigrar del país hacia Portugal. Estas perspectivas serán comparadas con la confianza del venezolano en las instituciones y la relación entre la confianza hacia éstas y la gobernabilidad del sistema político venezolano. Mi hipótesis: los niveles de confianza en las instituciones venezolanas pueden ayudar a predecir los niveles de gobernabilidad del sistema político; igualmente esa relación confianza

- gobernabilidad se va a observar en las razones que expone ese joven aspirante a emigrar.

Me fundamentaré en el Sondeo Paralelo 2003 Opiniones y Valores Políticos de los venezolanos al inicio del siglo XXI; y en entrevistas en profundidad a jóvenes venezolanos descendientes de portugueses que planean emigrar a Portugal.

Titulo da Comunicação A Ética de Gestão de Fluxos Migratórios na Europa

Autor ISABEL ESTRADA CARVALHAIS (isabelestrada@ceg.uminho.pt)

Afilição Universidade do Minho, Professora Auxiliar

RESUMO

Frequentemente a discussão sobre uma política europeia de imigração recai sobre a análise dos desafios à cooperação institucional em matéria de justiça, liberdade e segurança. Desafios sem dúvida grandes, como sejam o de uma melhor coordenação de processos de decisão, de gestão de formação e de fronteiras, de forças policiais, de autoridades públicas, etc. Sem retirar virtude a esta análise, há no entanto uma outra que pode e deve ser feita. Trata-se de uma análise que se centra na compreensão da lógica que sustenta a gestão europeia dos fenómenos migratórios. Inserida no esforço mais amplo de reflexão sobre a qualidade que a Europa busca na relação com a sua imensa diversidade humana, tal análise, parece-nos, assume o estatuto de tarefa básica da própria construção europeia, porquanto compreender a lógica encontrada a montante de toda a praxis política da União é compreender aquela que mais cabalmente nos pode esclarecer sobre, entre outras coisas, o sentido último que sustenta as actuais opções políticas da União no tocante à gestão de fluxos migratórios.

A comunicação proposta visa analisar criticamente a lógica europeia que subjaz à gestão de fluxos migratórios. Partindo da premissa de que as relações interculturais se baseiam em pressupostos de confiança mútua que ajudam à delicada sustentação de expectativas recíprocas e de algo tão fundamental como a legitimidade de políticas e práticas de solidariedade colectiva, a comunicação sustentará que a lógica europeia revela afinal na sua essência uma inquietante e continuada fricção entre duas grandes heranças que marcam a matriz ideológica da Europa contemporânea. A saber: uma herança de ética vincadamente humanista e cosmopolita, por um lado, e uma herança de ética vincadamente burguesa, colonizadora e distante, por outro. É esta lógica maculada na sua génese por uma contradição de valores e atitudes que, em nossa opinião, tem sido responsável pelo tipo de respostas que a Europa privilegia na sua relação com 'o outro'. Neste contexto, o combate à imigração ilegal surge como um exemplo de discurso e acção política da Europa, cuja identidade política parece oscilar entre as duas heranças ideológicas enunciadas. Isto mesmo se tentará demonstrar na comunicação, a qual conclui frisando que enquanto existir lugar a tal ambivalência, a legitimidade de práticas e discursos políticos como o do combate à imigração ilegal, só pode ser parcial, já que a sombra da segunda herança necessariamente impossibilita a totalidade daquela.

Título da Comunicação	The dynamics of integration policies for migrants in Germany, France and the Netherlands
Autor	INES MICHALOWSKI (michalo@uni-muenster.de)
Instituição	Institute for Political Science, Univ. Münster

RESUMO

This paper will analyze the dynamics of the emergence, the evolution and the abolition of a public policy for the integration of immigrants in France, Germany and the Netherlands. A lot of symbolic value was attributed to these state-run language and civic education courses for migrants since, in a situation when integration was publicly perceived as a failure, they promised a better control of the individual integration process and of the related costs and benefits. However, evaluation have shown the limited effectiveness of these programs since mainly qualified migrants make substantial progress while the integration of low-qualified migrants who obviously are the main target group evolves much slower. Confronted with the difficulties of running a public policy of integration that needs to be efficient on the short-term, the governments of all three countries now developed alternative strategies to increase the percentage of immigrants who are well qualified and easier to integrate into national labor markets. In some respects, these new strategies resemble to the "privatization" of integration because they try to shift the responsibility from the receiving state to the individual migrant. The paper will discuss obstacles that these new strategies encounter and that mainly relate to the French, the Dutch and the German welfare state as well as to institutional settings.

MODERADOR: Luís Lobo-Fernandes, Univ. Minho

Título da Comunicação Fé e Violência Política: o Terrorismo do Pós-Guerra Fria

Autor FELIPE PATHE DUARTE (fpalhe@portugalmail.pt)

Instituição Mestre e Doutorando no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa; Bolsairo de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia na Fundação Mário Soares

RESUMO

O final da Guerra-Fria legou um vácuo ideológico e geoestratégico propício ao surgimento de ideologias que se fundamentam religiosamente, e que utilizam a violência na persecução das suas pretensões políticas.

Numa retrospectiva, verifica-se que a motivação dos mais violentos ataques terroristas perpetrados desde o final da Guerra Fria, tiveram como matriz ideológica uma construção teórica de parte de interpretações radicais da religião islâmica.

Posto isto, a base deste paper prende-se com influência da religião na violência política do Pós-Guerra Fria. A investigação daí decorrente terá como eixo a utilização da religião enquanto arma política e a obtenção do poder e vigência ideológica pela violência e pelo terror.

Proceder-se-á também a uma análise de doutrinas religiosas radicais que incitem à violência para a obtenção de poder (nomeadamente a doutrina islamita), e a grupos que preencham essas pretensões (grupos terroristas de matriz religiosa, sobretudo a islamita).

Título da Comunicação	From the Global War on Terror to the "Long War": The Bush Administration and the Future of us Strategic Policy
Autor	DAVID GARCÍA CANTALAPIEDRA (dgarcia@ricelcano.org)
Instituição	Universidad Complutense de Madrid/Real Instituto Elcano

RESUMO

The Global War on Terror has evolved to the so called "Long War". The learned lessons from Afghanistan, Iraq and the development of the GWOT, has provoked a remarkable change in terms of US Global Policy and in certain regional approaches, supporting more multilateral and "realistic" strategies. This posture was established by former Secretary of Defense Donald Rumsfeld in February 2005. There was an implicit acknowledge by Washington that it was necessary to renounce to only unilateral approaches and coalitions of the willing's mechanisms, accepting interests and partnership with regional powers to solve problems and to apply policies. This means stabilization policies in the so called "Ungoverned Spaces" that dismissing the underlying conditions that terrorists seek to exploit. This paper analyzes this policy change from the framework of US Strategic Policy and pointed out that, in spite of these changes, certain parameters in the GWOT and US Strategic Policy still remain and will remain in the future.

Titulo da Comunicação: Salafist Terrorism in Maghreb and its Threats to European Security

Autor: JESÚS JAVIER CASTÁN ARESO (jj_castan@hotmail.com)

Instituição: Unit for Documentation and Analysis of Terrorism (UDAT), University King Juan Carlos, Madrid, Spain

RESUMO

The current international security situation is based on the risk that the international criminal organization Al Qaeda, its net, affiliated groups and independent grass-root cells, are developing all over the world. One of its more important branches can be found in North Africa. After the Afghanistan war, from 1979-1989, several of the members of the irregular mujahidin front lead by Osama Bin Laden and Abdullah Azzam went back home. They had gained important combat and military experience and they decided to develop their own front and achieve their own goals in their host countries. In Algeria, at the beginning of the 90s and after the military coup against the FIS (Islamic Salvation Front) in 1992, terrorist Islamic groups such as the EIS and the GIA appeared to fight the Algerian government and those European states that they considered supporters of the military ruling power. France was attacked in 1995 in the Paris subway, where ten people were killed, and the GIA started to extend their links in the continent. The civil confrontation continued in Algeria with more than 100.000 people killed. The GIA became a feared organization dedicated to mass murders, and to terror operations. Due to this they were hated by all the population. In 1997 the GIA was split into the GSPC (Salafist Group for call and Combat), linked with Bin Laden and his "World Islamic Front against Crusaders and Jews". Since 9/11, but even before, the cells connected with the GIA, but especially with the GSPC, have extended their tentacles over the whole of Europe, especially in those countries more threatened by jihadist terrorism which have traditional political, historical and economical links with Maghreb such as France, Italy or Spain. In Europe we can find terrorist groups such as the GSPC, GIA, GICM (Islamic Combatant Moroccan Group) or GICF (Islamic Combatant Tunisian Group) and a big number of grass-root cells formed by citizens from the Maghreb. They have tried to send fighters to join the jihad abroad, as in Iraq, but they have also tried to execute terrorist attacks inside Europe. The recent suicide attacks carried out in Morocco and Algeria and the threats of the central Al Qaeda head show that the security level alert must continue. In January 2007 the GSPC leader, Abdelmalek Droukel, as known as Abu Musab Abdul Waoudul, changed the organization name to Al Qaeda in the Islamic Maghreb to show its subordination to the global criminal plans Ayman Al Zawatiri, number two of Al Qaeda.

My paper will show the general development of these criminal organizations, based in the Salafist ideology, in North Africa and in Europe. It will analyze their origins and present situation, as well as the potential security risk that they are to European security. Finally I will consider what we can do, on an Intelligence and Police level, to counter-fight this menace

Título da Comunicação	A cultura europeia e a cultura islâmica: identidades e conflitos
Autor	MANUEL CONÇALVES MARTINS (mgmartins@eeg.uminho.pt)
Instituição	Universidad Complutense de Madrid/Real Instituto Elcano

RESUMO

INTRODUÇÃO: O objecto e a hipótese desta Comunicação.

1. A cultura europeia e a cultura islâmica

a). A cultura europeia: 1). O conteúdo da cultura europeia (as dificuldades para indicar o conteúdo; a defesa do humanismo e a manutenção da religiosidade; e a policultura). 2). A questão sobre a referência ao cristianismo na constituição europeia. 3). O impacto da globalização nas culturas e nas religiões.

b). A cultura islâmica 1). O islamismo religião e cultura 2). A organização (social e política) islâmica.

2. Os encontros e os desencontros entre a cultura europeia e a cultura islâmica

a). Alguns esclarecimentos prévios 1). A presença muçulmana na Europa 2). As origens de inúmeros muçulmanos existentes na Europa 3). A reislamização da Europa 4). A crise da cultura muçulmana existente na Europa 5). O distanciamento entre a cultura e a religião.

b). Alguns encontros entre as duas culturas 1). O laço existente entre os cristãos e os muçulmanos 2). A doutrina sobre o Deus poderoso e criador do Universo 3). O sentido e o alcance do humanismo 4). O consenso ético sobre alguns valores 5). Os problemas da família

c). Alguns desencontros entre as duas culturas 1). A existência e a visibilidade dos desencontros A existência de dois poderes; as reivindicações sobre o direito à alteridade; as exigências sobre as práticas religiosas colectivas; as intervenções contra o ocidente; e as respostas dos europeus) 2). Os impulsos para as intervenções adversas dos muçulmanos (a luta pela identidade e pelo desenvolvimento; e a expulsão das Forças Armadas Ocidentais dos países muçulmanos); 3). A improbabilidade dos conflitos civilizacionais (algumas reflexões prévias; algumas opiniões sobre os conflitos civilizacionais: o parecer de Samuel Huntington e a opinião de Philippe Moreau Defarges: a inexistência de civilizações impermeáveis e imutáveis; e a separação entre as comunidades culturais e as entidades políticas; 4). A entrada de Turquia na União Europeia

CONCLUSÃO

página 3

COORDENADORA: Laura Ferreira-Pereira, Univ. Minho

Titulo da Comunicação A União Europeia como actor global: o conceito de segurança humana na gestão de crises internacionais

Autor ANA ISABELL XAVIER (xavier.anaisabel@gmail.com)

Instituição Universidade de Coimbra

RESUMO

Desde o final da guerra fria e com as crises internacionais nas fronteiras da Europa no início da década de 90, a União Europeia viu-se "obrigada" a responder aos novos desafios e responsabilidades mais exigidos pela Comunidade Internacional, institucionalizando em Maastricht um pilar dedicado exclusivamente à política externa de segurança comum.

Desde então, um dos principais objectivos da UE, quer pelo aprofundamento dos Tratados, quer pelo alargamento a novos Estados-membros, tem-se pautado pela afirmação e expansão do seu papel enquanto actor activo e autónomo na gestão de conflitos e não apenas como contrapeso à hegemonia Americana ou ao poder militar da NATO.

Paralelamente, um novo conceito de Segurança tem vindo a ser progressivamente introduzido na literatura das Relações Internacionais, bem como na praxis dos Estados, que tende a privilegiar a segurança do indivíduo ao invés da segurança Estatal, não obstante se assumir a necessária interdependência entre ambas para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais.

A este conceito, a que vulgarmente se tem vindo a denominar de Segurança Humana, a União Europeia associou-se com o Relatório de Barcelona, encomendado por Javier Solana a 13 especialistas coordenados por Mary Kaldor, após ter apresentado a sua Estratégia Europeia de Segurança, em 2004. Embora o Relatório não seja considerado um documento oficial da União Europeia que vincule a acção externa dos Estados-membros, o documento acaba por introduzir o léxico de segurança humana, recordando que muitas das acções da União Europeia já incorporam o conceito, mesmo que o não declarem expressamente.

O que eu proponho no meu paper é uma reflexão sobre se e como o conceito de segurança humana tem vindo a ser associado nas missões de gestão de crises em que a União Europeia se tem vindo a empenhar nos últimos anos e se e como tal tem projectado o actor a uma escala global. Que actor político é a União Europeia hoje depois da Estratégia Europeia de Segurança e do Relatório de Barcelona? Poderá o conceito de segurança humana ser a chave para que a UE se afirme definitivamente na cena internacional como um actor cuja voz é ouvida de facto para a resolução das crises internacionais actuais?

Título da Comunicação	Boa governação e estabilidade na vizinhança da UE: discursos e instrumentos no contexto do Cáucaso
Autor	LICÍNIA SIMÃO (liciniasimao@gmail.com)
Instituição	Universidade de Coimbra

RESUMO

Partindo do estudo de caso do Cáucaso, o artigo identifica o papel que a promoção de boa governação e estabilidade ocupam na definição da Política de Vizinhança da UE (PEV) e os resultados da sua interacção com questões estratégicas como a presença de conflitos e rotas energéticas na periferia da União. Embora a retórica oficial de Bruxelas inclua a boa governação como um elemento essencial na promoção de estabilidade na Eurásia e no Cáucaso, a operacionalização da PEV tem-se deparado com a necessidade de maior pragmatismo. O argumento deste artigo defende que este pragmatismo resulta de factores circunstanciais que visam resolver problemas de curto prazo que pressionam actualmente as relações da UE com os seus vizinhos, mas que no longo prazo esta abordagem poderá pôr em causa a capacidade da UE em conseguir mudanças estruturais nos vizinhos.

Título da Comunicação Ancara e a segurança da União Europeia
 Autor ANDRÉ BARRINHA (afb3@kent.ac.uk)
 Instituição University of Kent, UK

RESUMO

Com a aprovação da Estratégia Europeia de Segurança em Dezembro de 2003, a União Europeia passou a poder transmitir uma ideia mais concreta do que entende ser as ameaças à sua segurança e a melhor forma de as combater. Em suma, passou a poder mostrar de forma clara o que entende por segurança. Este entendimento faz parte não só da sua própria identidade em construção, como também da imagem que pretende exportar para a sua vizinhança, em especial para os candidatos a Estado membro.

No caso da Turquia, com o segundo maior exército da NATO e com um contexto estratégico explosivo, a adopção de tal entendimento suscita dúvidas e cepticismos. Pretendemos neste ensaio mostrar que passos tem Ancara até agora dado nesta área, no sentido de satisfazer os anseios de Bruxelas. Discutiremos as reformas até agora implementadas no sector de segurança, assim como os impactos dessas reformas na definição das prioridades de segurança turcas.

Título da Comunicação	Que Solidariedade no quadro da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia?
Autor	LAURA C. FERREIRA-PEREIRA E A.J.R GROOM (lperreira@ceg.uminho.pt; ajrgroom@hotmail.com)
Instituição	Professora Auxiliar do Departamento de RI da Universidade do Minho e Directora do NICPRI; Professor Emérito da Universidade de Kent em Canterbury (Reino Unido)

RESUMO

Esta comunicação tem por objectivo aferir o significado, alcance e implicações da solidariedade intra-europeia na área da segurança e defesa. O foco analítico incidirá sobre a genealogia do conceito de solidariedade antes de se proceder a um exame das diferentes interpretações de solidariedade, as tensões daí decorrentes, assim como os escolhos que isso suscita para o desenvolvimento de uma genuína política de segurança e defesa comum. O estudo apresentado concluirá que ao passo que a solidariedade política tem gradualmente encontrado o seu espaço de enraizamento com base num *modus vivendi* comum, a solidariedade militar não é uma realidade firmemente estabelecida dada a existência no seio da União Europeia de identidades de política externa e segurança moldadas por interesses nacionais, cuja prevalência ponifica no domínio eminentemente intergovernamental da política europeia de segurança e defesa.

Título da Comunicação A União Europeia como actor de mediação na Colômbia: uma participação irrelevante num processo de paz à deriva?

Autor MIGUEL BARRETO HENRIQUES (miguelbhenriques@gmail.com)

Instituição Universidade de Coimbra

RESUMO

O final dos anos 90 e início dos anos 2000 foram marcados por um processo inédito de internacionalização dos processos de paz com as guerrilhas na Colômbia. Neste âmbito, salientou-se a participação europeia, como facilitadora e mediadora no quadro dos "Grupo de Países Amigos" com as FARC e o ELN. As negociações encontrariam, todavia, um beco sem saída e não chegariam a bom porto. E, seguidamente, a nova administração Uribe optaria por uma abordagem mais enfiada ao conflito.

A presente comunicação pretende analisar o papel europeu nos processos de paz com as guerrilhas nas administrações Pastrana e Uribe. Em causa está avaliar o potencial da UE como actor de mediação no caso colombiano. Pretende-se averiguar que trouxe a participação europeia a um processo de paz que não vingou; sondar que influência pode ter a UE fora da sua área de influência; em que medida o "soft power" europeu pode ser uma receita de sucesso num quadro negocial complexo e difícil, como o colombiano; e se é a UE um actor relevante para um processo de paz na Colômbia, ou se, pelo contrário, refém das suas ambiguidades políticas e zaguez diplomática, ou das próprias circunstâncias endógenas das negociações, se vê manietada, irrelevante e invisível.

Auditório 3

MODERADOR: Andrés Malamud, ICS-UL

Título da Comunicação Instituições Políticas Comparadas no Brasil e na Argentina:
As Reformas de Privatização

Autor THAIS MANTOVANI (t_mantovani@yahoo.com.br; tmantovani@iuperj.br)

Instituição IUPERJ – Aluna do Doutorado em Ciência Política

RESUMO

Neste trabalho a proposta é estudar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo do Brasil e da Argentina a partir da formulação de políticas públicas.

O Brasil e a Argentina apresentam diversas semelhanças em suas histórias políticas. Ambos sofreram duros golpes militares e, nos anos 80 (seguindo uma onda de democratização que teve início nos anos 70 com a queda de regimes autoritários em Portugal, Espanha, Grécia, e acabou atingindo a América Latina (Huntington, 1993)); iniciaram um processo de democratização de suas instituições políticas.

Instaurado o regime democrático, cabe verificar qual o papel desempenhado pelo Congresso nessa nova configuração, qual o papel do Executivo e como estes poderes se relacionam. Dentre algumas semelhanças, ambos adotaram o sistema presidencialista com eleição direta para presidente, e o poder Executivo conta com poderes legislativos nos dois países. Por outro lado, o sistema eleitoral e partidário apresentam algumas diferenças. No Brasil, temos o sistema proporcional de lista aberta para as eleições legislativas, enquanto na Argentina foi adotado o sistema de lista fechada.

Para que o Executivo cumpra sua agenda, lembrando que nosso interesse está focado nas políticas de privatização implementadas nos dois países, deve contar com o apoio do Legislativo, e este, poderá ser mais ou menos cooperativo ao tratar as propostas do Executivo. A partir daí começa um jogo de interação entre esses atores onde cada um pode recorrer a mecanismos constitucionais para tentar fazer valer seu objetivo. Alguns momentos poderão ser de cooperação, mas haverá também momentos de conflito entre essas instituições.

Título da Comunicação	O triângulo Brasil-Bolívia-Venezuela: uma nova parceria no setor energético sul-americano
Autor	DENISE GUIMARÃES ROSA E MAITE J. ITURRE (guimaraesrosa@gmail.com; maite.iturre@yahoo.com.br)
Instituição	Cátedra de Estudios Internacionales, Universidade do País Basco (UPV-EHU), Espanha – Pesquisadora; Departamento de Direito Internacional Público, Relações Internacionais e História do Direito, Universidade do País Basco(UPV-EHU), Espanha – Professora de Relações Internacionais.

RESUMO

O panorama atual do mercado energético internacional tem situado a Bolívia e a Venezuela numa posição vantajosa. Tal fato, aliado à orientação política dos governos de Evo Morales e Hugo Chávez, se traduz num interesse renovado por fomentar um marco de cooperação a nível regional. O Brasil, como principal potência econômica e maior consumidor energético da América do Sul, aparece então como uma peça básica de qualquer projeto de integração energética regional. De fato, as relações entre esses três países no setor energético têm-se incrementado notavelmente nos últimos anos. Nesta comunicação analisam-se, portanto, as possibilidades de desenvolvimento de estratégias cooperativas entre estes Estados com o intuito de assegurar o abastecimento energético. Além disso, são avaliados os mais recentes avanços efetuados nessa direção.

Título da Comunicação	Investimento europeu na América Latina: interesses na relação bilateral
Autor	BEATRIZ JUNQUEIRA LAGE CARBONE E LUÍS FERNANDO VITAGLIANO (beatrizrelint@yahoo.com.br; luisvita@hotmail.com)
Instituição	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Brasil

RESUMO

Se na economia do pós-guerra a imersão do capital europeu na América Latina se deu através das multinacionais – fundamental no processo endógeno de industrialização na América Latina (IS) – no período descrito como neoliberal, o mesmo circula pelos países latino-americanos, basicamente através de financiamento direto, compras das empresas estatais (principalmente em setores de serviços) e/ou de financiamento especulativo (títulos das dívidas externas).

Neste caso, para América Latina o investimento europeu contribuiu para equacionar os desequilíbrios externos. Mas, as motivações para este investimento seguiram a lógica da potencialidade de alguns setores-chaves. A hipótese da apresentação é que a expansão de tais setores segue a estratégia de crescimento da própria economia europeia. Vamos buscar avaliar a intensidade da importância do processo por meio de análise da balança comercial, dos dados setoriais, das políticas governamentais e das estratégias anunciadas pelas grandes empresas.

O objetivo desta proposta é analisar a importância dos investimentos (diretos e especulativos) realizados por alguns países europeus (Portugal, Espanha, França e Itália) sobre a estrutura produtiva da América Latina (preferencialmente Brasil, Chile e Argentina), bem como avaliar seu impacto sobre a alteração do perfil sócio-produtivo desses países. Quais impactos esses investimentos exerceram sobre a transformação produtiva na América Latina? Mais especificamente nos perguntamos a respeito da importância que este capital europeu exerceu na relação entre os países citados no contexto bilateral comércio entre América Latina e Europa na última década do século XX (1990-2002)?

Título da Comunicação As Nações Unidas em El Salvador e na Guatemala: De um exercício minimalista a um projecto de refundação nacional

Autor MADALENA MENDONÇA MOITA (madalenamoita@hotmail.com, moita.madalena@gmail.com)

Instituição Estudante de Doutoramento da Universidade Complutense de Madrid, Programa de Doutoramento em Conflito Político e Processos de Pacificação

RESUMO

No início dos anos noventa – numa tentativa de adaptação à nova paisagem da conflitualidade violenta no mundo, assim como à nova correlação de forças do sistema internacional pós-1989 –, as Nações Unidas alteraram profundamente discurso e prática da sua estratégia de resolução pacífica de conflitos. Essa mudança terá passado por uma aproximação a um conceito característico à investigação para a paz introduzido por Johan Galtung em 1964, o conceito de “paz positiva”.

A investigação para a paz sofre ainda de uma certa desatenção no panorama académico português. Tentamos aqui contrariar esse fenómeno já que, no nosso entender, esta faz um cruzamento interessante entre a Ciência Política e o ramo das Relações Internacionais, sobretudo quando, ao pensar sobre a resolução pacífica de um conflito, se debruça sobre uma visão mais abrangente da paz – associada esta aos conceitos de democracia e de desenvolvimento –, centrando-se no Estado como um dos protagonistas da reconstrução pós-bélica.

Os dois estudos de caso de intervenções das Nações Unidas que aqui trazemos – El Salvador e Guatemala – constituem exemplos histórica, física e temporalmente muito próximos. Não obstante a sua vizinhança, as diferenças entre eles permitem-nos justamente considerar a mudança de paradigma conduzida pela ONU entre uma e outra intervenção em cada um dos países do istmo centro-americano.

Título da Comunicação	O Supremo Tribunal Federal e a Reforma do Estado: Uma análise das Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Autor	CRISTINA CARVALHO PACHECO (crispacheco@yahoo.com.br)
Instituição	Universidade Estadual da Paraíba, Professora Titular de Teoria Política do Curso de Relações Internacionais

RESUMO

Como atuou a Corte máxima de Justiça do Brasil diante das modificações que ocorriam no Estado brasileiro ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso? As mudanças constitucionais, promovidas pelo Executivo central, com o apoio do Parlamento, poderiam esbarrar no Judiciário. Algumas medidas, apontadas como indispensáveis ao ajuste fiscal do Estado, como o fim da estabilidade do funcionalismo público e as modificações das regras previdenciárias, poderiam ser canceladas pelo Supremo, por atingirem regras constitucionais consideradas consagradas e intangíveis. Foram analisadas 513 Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique, de modo a tentar identificar as relações entre o processo político de reforma e o padrão de atuação da Corte, através da construção de algumas alternativas. Descartando o tratamento quantitativo da análise política, através da inclusão das decisões baseadas na forma e no conteúdo da análise da generalidade e impacto territorial da lei alegada inconstitucional. A hipótese a ser testada é que a Corte vem se utilizando, nos casos de controle de constitucionalidade, de um leque de estratégias decisórias informais que garantem a ela um espaço de manobra em relação aos demais poderes, pouco acionando seu poder de veto constitucional. Sua atuação tem sido a da não-decisão sistemática, através do proferimento de sentenças que, em sua maioria, são arquivadas por motivos processuais, sem que haja, portanto, julgamento do mérito.

Av. 190-1700

Sala 1

MODERADORA: Carmen Amado Mendes, Univ. Coimbra

Área da Comunicação	Romance histórico e pedagogia política no Portugal Oitocentos
Autor	BEATRIZ PERALTA GARCÍA (bperalta@uniovi.es)
Instituição	Universidade de Oviedo (Espanha), Professor de nomeação definitiva

RESUMO

O romance histórico de actualidade, de moda nos meados do século XIX, tem como objectivo consolidar o liberalismo em Portugal. Daí o intuito dos autores de apresentarem perante o público leitor, que inclui as mulheres, um conjunto de conceitos políticos de interesse para os cidadãos no geral. Não apenas os conceitos, mas a descrição do sistema político e constitucional. Aparecem vastas descrições, portanto, noções como "cartista", "patuleia", "miguelista", ou o sistema liberal-representativo.

Título da Comunicação	Partidos Políticos e Sociedade Civil: um divórcio por mútuo consentimento?
Autor	CONCEIÇÃO PEQUITO TEIXEIRA (spequito@hotmail.com)
Instituição	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Assistente (doutoranda em Ciência Política)

RESUMO

Na presente comunicação, procurar-se-á abordar a tese do declínio dos partidos políticos, em Portugal. Para tal, analisar-se-á, num primeiro momento, as transformações organizacionais operadas no interior dos principais partidos portugueses nas duas últimas décadas, adoptando para o efeito, uma visão dos partidos enquanto sistemas complexos e multiformes. Num segundo momento, tentar-se-á, com base em estudos de opinião recentes, de índole estritamente académica, clarificar o mapa das atitudes e dos comportamentos dos cidadãos em relação aos partidos. Trata-se, pois, e sumariamente, de procurar saber se, e em que medida, a crise da democracia representativa, cujos efeitos mais visíveis têm sido largamente e insistentemente diagnosticados e debatidos, terá entre as suas principais causas o crescente — e até ver dificilmente revertível — distanciamento entre os partidos e a sociedade civil. Mas também de procurar determinar se este distanciamento é da exclusiva responsabilidade dos partidos políticos ou se é antes motivado pelas actuais preferências políticas e não políticas dos cidadãos. Enfim, e numa ideia, de saber se estamos ou não, como o título sugere, perante um «divórcio por mútuo consentimento»?

Área da Comunicação Luso-Tropicalismo: Ontem e Hoje um Caminho para os Países de Língua Portuguesa?

PÉRICLES PEDROSA LIMA (peridespedrosa@hotmail.com)

Aluno do Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão da Universidade de Lisboa

RESUMO

A ideia da existência de agrupamentos de países com características culturais comuns não é um processo relativamente novo. A teoria do Luso-tropicalismo idealizada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre¹ durante a primeira metade do século XX supõe a existência de uma civilização original que se fundou advindo da expansão marítima portuguesa a partir do século XV e do modo particular de relacionamento dos portugueses com as populações indígenas. Esta interacção surgida na expansão marítima levou a uma mútua influência em vários sectores da vida cotidiana destes povos: comportamento social, religioso e não menos importante a expressão idiomática.

Para Jaime Cortesão, criou-se um "Universalismo português" fruto dos descobrimentos e que representa a formação de uma cultura nova, de base experimental e tendência crítica.² Portugal protagonizou o início da modernidade quando formou um império colonial e ampliou o então limitado conhecimento europeu do mundo. Sob o ponto de vista económico os descobrimentos contribuíram para a economia internacional intensificando o comércio entre o continente africano e europeu. Sob o ponto de vista sociológico o Luso-Tropicalismo, surgiu como uma teoria que analisa a expansão dos portugueses pelos trópicos e em particular, sua relação com as populações indígenas e os escravos importados de África.

O objectivo do nosso trabalho é fazer uma breve revisão sobre a ideologia/teoria do Luso-Tropicalismo, sua importância na actualidade onde os países lusófonos seguem caminhos distintos, seja Portugal como membro activo na União Europeia³, seja os países africanos de expressão portuguesa na União Africana⁴, e ainda o Brasil na liderança do Mercosul⁵.

Sendo assim, abre-se a questão: o Luso-Tropicalismo sobrevive como ideologia ou tornou-se apenas uma página da história dos países de expressão portuguesa?

Durante os anos que as forças independentistas surgiram na África e na Ásia a ideologia do Luso-Tropicalismo foi retomada para sustentar a manutenção do Império português. Anteriormente, nos anos 30 e 40, a ideologia não influenciava a intelectualidade e os políticos portugueses, mas as mudanças políticas internamente em Portugal⁶ e internacionalmente⁷, além do surgimento dos movimentos independentistas, fez com que o Luso-Tropicalismo ressurgisse como argumento a ser defendido para se preservar o Império.

Título da Comunicação Para uma visão espacial dos resultados eleitorais em Portugal

Autor ANTÓNIO CALEIRO (caleiro@uevora.pt)

Instituição Professor Auxiliar, Departamento de Economia, Universidade de Évora

RESUMO

A análise dos resultados eleitorais em Portugal, quer ao nível das eleições legislativas quer das autárquicas, reconhece, de um modo geral, a existência de zonas geográficas onde a influência dos diversos partidos, sobretudo os principais, parece ser mais evidente. Sendo certo que aquelas zonas do território português se caracterizam por uma certa dinâmica, do ponto de vista temporal (1995), e dependem, também, do tipo de eleição em causa, não deixa de ser também verdade que, de eleição para eleição, qualquer que seja o seu tipo, a análise criteriosa dos resultados eleitorais exige que se tenha em conta a componente espacial dos mesmos. Assim, o uso de técnicas estatísticas que explorem convenientemente a informação associada à localização espacial das observações, neste caso os resultados eleitorais, torna-se claramente recomendável. No prosseguimento de trabalhos anteriores, onde estas mesmas técnicas de estatística espacial foram também usadas, pretende-se agora mostrar até que ponto a variável espaço é importante, de por si, para a explicação dos resultados eleitorais (para a Assembleia da República e para as Autarquias) que os principais partidos obtiveram nas eleições de 2005.

Área da Comunicação Profissionalização e Representatividade - Contributo para a Reflexão sobre a Democracia Associativa

RAQUEL REGO (raquel_rego@hotmail.com)

Doutoranda ISCTE/Université Lille 1

RESUMO

Como promover a participação da sociedade civil se a sua identidade é mutável? A partir do debate em torno da «democracia associativa» promovido designadamente por Cohen e Rogers (1995), procuramos reflectir sobre o funcionamento democrático de uma associação ao longo da sua evolução e o sistema de representatividade onde se enquadra. Graças a um processo de profissionalização, a utilidade pública e a imagem desta associação impuseram-se, conferindo-lhe uma legitimidade acrescida para ser a organização com mais presença em órgãos consultivos no seu sector. No entanto, de uma associação de tipo militante, ela passou a uma associação «sem membros» (Skocpol, 1999). Por forma a assegurar a eficácia da sua acção, esta associação tendeu ao fechamento. De resto, não só há um investimento decrescente na participação interna, como se criou uma dependência financeira de estruturas com fins lucrativos. Ao contrário de um caso europeu homólogo, a representatividade desta associação nunca foi posta em causa por organizações concorrentes, nem pelo Estado que persiste em considerar a representatividade das organizações da sociedade civil apenas com base no número de membros declarado.

Sala 2

MODERADOR: José Manuel Pureza, Univ. Coimbra

Título da Comunicação Constructivism and the sub-discipline of International Relations

Autor PAULO RIGUEIRA (P.rigueira@bath.ac.uk)

Instituição University of Bath, PhD student

RESUMO

The aim of the paper is to focus on the contribution of constructivism to International Relations theory. The broader goal is precisely to locate this approach within the discipline of International Relations (IR).

The paper will be divided in four parts plus a conclusion. Part I will focus on the emergence of constructivism within the sub-discipline of International Relations. It will argue that the constructivist turn happened due to first, the historical context in world politics, secondly, the cultural environment, and thirdly due to the fact that in the wake of the third debate's critical questions about the value-added of positivist theorising which was unable to capture regime change in the late 1980s emerged (Kratochwil and Ruggie 1986, Walker 1993, Onuf 1989). Part II will focus on the development of constructivism itself. A key consequence of the emergence of constructivism was the shift away from the – silent – debates among mutually exclusive theoretical positions (rationalists and reflectivists). This made possible the establishment of a middle-ground position (Fierke 2006). This position is defined by three aspects. First, a preference of ontology over epistemology; second, a distinction from the incommensurable positions of rationalism and reflectivism, yet the ability to engage in talk with both; and, third, the variation in preferences for methodological tools (e.g. identity, speech-act, learning, persuasion, discourse) (Fierke and Jorgensen 2001). Part III will therefore more specifically focus on the discussion within this middle-ground. IR theorists developed different ways of approaching the impact of norms in IR, and it is possible to divide constructivists into three camps: conventional, consistent and critical constructivists (Wiener 2007). Finally the paper will stress how the development of constructivism is dependent on specific epistemological geo-cultures. More specifically a distinction will be made between the North-America way of working on constructivism and the European way of doing so (Wæver 2007).

Key words: International Relations theory, Constructivism.

Assunto da Comunicação Chamberlain e a Tentativa de apaziguar Hitler para alcançar a Paz em Nosso Tempo: Análise de um Apaziguamento Impossível

Autor FRANCISCO GONÇALVES (vurthor@gmail.com)

Instituição Mestrando do Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica

RESUMO

É lugar comum afirmar que política de apaziguamento encetada por Neville Chamberlain foi inadequada para lidar com Hitler, bem como foram judiciosas as críticas e o modo de actuação de Sir Winston Churchill em relação a esta política.

Porém, determinados historiadores (v.g. John Charmley) têm criticado esta perspectiva, alegando que se deveria ter apaziguado ainda mais Hitler, frisando que a procura de “espaço vital” a Leste por parte da Alemanha não afectava os interesses estratégicos da Grã-Bretanha. Por outro lado, Sir Winston Churchill é caracterizado como um fomentador da guerra tendo impedido que a política de apaziguamento atingisse os seus objectivos – alcançar a paz.

Por conseguinte, face a esta argumentação aduzida, impõe-se reanalisar a política de apaziguamento, pelo que, o trabalho proposto visa responder à seguinte pergunta: a política de apaziguamento poderia ter apaziguado Hitler?

Nessa medida, esta questão deve ser analisada em diversos prismas: os antecedentes e características da política de apaziguamento; a caracterização da política externa de Hitler; a análise da actuação de Sir Winston Churchill; como se deveria apaziguar Hitler; e, finalmente, porque é que a política de apaziguamento estaria condenada ao fracasso?

O trabalho conclui que a política de apaziguamento encetada por Chamberlain foi o combustível que alimentou a política expansionista de Hitler – e que apenas podia ser parada pela força.

Título da Comunicação	A Transição Democrática em Protectorados Internacionais: o Caso do Kosovo
Autor	SÓNIA RODRIGUES (sonia.rodrigues@ipri.pt)
Instituição	Investigadora Júnior, IPRI-UNL

RESUMO

A intervenção da NATO nos Balcãs na Primavera de 1999 operou uma ruptura nas relações de soberania vigentes entre a Sérvia e o Kosovo e a posterior instalação da UNMIK (United Nations Mission In Kosovo) constituiu uma alteração institucional do Kosovo face ao regime sérvio, criando as condições elementares para o início do processo de transição democrática na província sérvia. Com a adopção da resolução 1244 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Kosovo manteve a condição institucional de província sérvia mas passou a ter uma administração internacional, a UNMIK, criando uma bolsa de tempo para apaziguar a instável situação conflitual no terreno, deixando em aberto a decisão sobre o futuro institucional definitivo do Kosovo.

Quase nove anos após a intervenção e o início da presença da administração internacional no Kosovo, estabeleceu-se uma configuração relativamente estável de instituições políticas dentro de um regime de cariz democrático sob a esfera institucional da UNMIK. Contudo, a consolidação efectiva das reformas democráticas implementadas nas estruturas institucionais kosovares pela UNMIK reclama uma decisão sobre o futuro institucional do Kosovo, de forma a permitir uma completa transferência de poderes soberanos e competências estatais.

No estudo do processo de transição democrática em protectorados internacionais, será efectuada uma avaliação do trabalho da UNMIK (United Nations Mission In Kosovo), através da análise do nível de sucesso dos fins da missão no processo de democratização do Kosovo.

A avaliação será realizada com recurso aos conceitos tradicionais das teorias de transição democrática e a concepções específicas dos processos de transição democrática em protectorados internacionais, aplicados à verificação de determinados pressupostos, i.e., aos fins enunciados no mandato da UNMIK: i) apreciação do retorno da estabilidade à região; ii) ponderação dos níveis de democratização efectiva alcançados no Kosovo sob a UNMIK, através da análise da evolução da cultura democrática na sociedade civil, na sociedade política, no estado de direito, na burocracia estatal e na institucionalização de uma sociedade económica; iii) apresentação de soluções para o problema gerador de conflito a priori, i.e., as tensões sobre o estatuto institucional do Kosovo.

A delimitação temporal do estudo será compreendida desde a instalação da UNMIK na província sérvia do Kosovo, a 10 de Junho de 1999, até à apresentação do plano de «independência com supervisão internacional», proposto por Martti Ahtisaari, enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o processo de definição do futuro estatuto do Kosovo.

Palavra-chave: Dilemas de Transição Guerra-Democracia: Primeiras Eleições Pós-Conflito

Autor: CLÁUDIA GENEROSO DE ALMEIDA (claudiagalmeida@gmail.com)

Instituição: Doutoranda da Universidade Complutense de Madrid

RESUMO

Os dilemas de transição guerra-democracia resultam de situações em que os processos de democratização e de peacebuilding têm efeitos adversos em cada um dos dois. Nestas transições, a reabilitação política é considerada o elemento mais crítico do processo de reconstrução de sociedades pós conflito cruento. É neste contexto também que encontramos a realização de eleições livres e justas como aspecto fundamental da reabilitação política. Sobre os objectivos fundamentais das primeiras eleições pós conflito (legitimidade-democratização-reconciliação), levanta-se o problema da compatibilidade dos mesmos. Deste modo, o debate académico sobre estes dilemas é importante, por um lado, para as próprias noções de democracia e de paz, e, por outro, para o desenho de meios eficazes no avanço sincronizado da democratização e da peacebuilding, como ponto crítico da assistência internacional.

Palavras-chaves: democratização, peacebuilding, dilemas de transição guerra-democracia, eleições pós conflito.

Sala 3

 MODERADOR: João Cardoso Rosas, Univ. Minho

Marina Costa Lobo

ICS-UL

 Conceição Moreira

Professora Ensino Secundário

 Elisa Palma Alves

Projecto de Estágio de Licenciatura

Anúncio 3

MODERADOR: Luís de Sousa, CIES-ISCTE

Titulo da Comunicação EU Conditionality, the Politics of Anticorruption, and the Quality of Democracy in Bulgaria and Romania

Autor KALIN IVANOV (kalin.ivanov@politics.ox.ac.uk)

Instituição Doctoral candidate in International Relations, University of Oxford

RESUMO

The European Union required Bulgaria and Romania to fight corruption in order to become eligible for membership, with mixed results. This paper focuses on domestic politics to explain the different reactions in Sofia and Bucharest to pressure from Brussels. In some instances, the EU strengthened the hand of domestic reformers, encouraging genuine progress against corruption and benefiting the quality of democracy. In other cases, however, EU conditionality exacerbated existing populist obsessions with corruption, undermining the quality of democracy. The analysis questions the widespread notion that any activity against corruption will necessarily foster democracy. To do more good than harm, external intervention should be closely tailored to the local political context in order to promote reform rather than populist misuse of anticorruption rhetoric. Such fine-tuning of conditionality is difficult, given the complexities of EU enlargement.

Título da Comunicação	The Type of Populist Parties and the Future of Democracy in Bulgaria
Autor	SVETLOZAR ANDREEV (sandreev@cepc.es)
Instituição	M. García-Pelayo Fellow, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (CEPC), Madrid, Spain

RESUMO

The aim of this study is to shed light on the problem of the emergence of different populist parties in post-communist Bulgaria. Populism is defined both as a theoretical concept and political reality. The various manifestations of this phenomenon are thoroughly analysed and an original form of operationalisation is proposed. The Bulgarian political parties, which have been showing signs of populism throughout the period of transition, are identified and typologised. Ultimately, various hypotheses are advanced regarding the future of populism and democracy in Bulgaria and in the whole of CEE.

Key words: Populism, political parties, Bulgaria, consolidation of democracy

tema da Comunicação The End of Consensus? Old Politics and the Appeal of Populism in Austria, Belgium, Netherlands and Switzerland

autor JOSÉ M. MAGONE (J.M.Magone@hull.ac.uk)

instituição Department of Politics and International Studies, University of Hull

RESUMO

In the past three decades major changes took place in European politics. Apart from the decline of socioeconomic cleavages, there was also a major transformation of the state. The Keynesian model of growth was replaced by a monetarist or neo-monetarist one. This had consequences for the socio-economic organization of politics and policy making. The classic cases of consensus democracies are an example how a well-entrenched system of political bargaining (Verhandlungsdemokratien) based on patronage, clientelism and also political corruption was beginning to crackdown to this transition of politics in the past three decades. In this paper proposal, we want to contextualize populism in this transition of European politics. In this sense, populism is not only regarded as a negative aspect, but also as a positive one. This means that the new populist parties that emerged since 1980s in Austria, Belgium, Netherlands and Switzerland were challengers to the entrenched hierarchies of the established parties of consensus democracies. These parties presented important issues about the decline of quality of democracy in these classical consensus democracies. In the paper proposal we want to show how the relationship between established and populist parties was different in the four countries. We concentrate on the Austrian FPÖ and BZÖ, Belgian Vlaamse Belang/Front National, Dutch Pim Fortuyn List, Swiss Schweizer Volkspartei. We can at least recognize two patterns: one of inclusion of the populist parties and one of exclusion. Moreover some cases it led to the collapse of populist parties, in other cases to integration and moderation. Last but not the least, it is assessed if the new populist parties contributed to a renewal of politics, more quality of democracy and naturally corruption control.

Título da Comunicação Justiça: Luta contra a Corrupção ou Tentação Populista?

Autor ANTÓNIO PEDRO DORES (antonio.dores@iscle.pt)

Instituição PhD, Professor of Sociology at Lisbon University (ISCTE) and fellow researcher at CIES/ISCTE

RESUMO

A partir dos resultados empíricos que identificam a tendência de apostar na denúncia e no funcionamento do sistema de justiça por parte dos portugueses que entendem ser a luta contra a corrupção a primeira prioridade política, por contraste com as outras tendências polarizadas seja em torno da defesa da boa administração, da utilização da força e da utilização das estratégias internacionalizadas, discutir-se-ão os distintos modos de interpretar as emergências do populismo (xenófobo ou sob outras maneiras) como formas de intervenção política, conforme as diferentes ideologias disponíveis, a saber: o neo-liberalismo globalizante, o conservadorismo nacionalista, a regulação legalista e a afirmação da autoridade pelo uso da força.

página 1

COORDINADORA: Mónica Ferro, ICSIP-UTL.

Título da Comunicação Le système politique et l'Etat

Autor GEORGES CONTOGEOORGIS (contogeo@pantheon.gr)

Instituição Professor Political Science, Pantheon University of Athens

RESUMO

La problématique sur l'État qui fut élaboré au cours du 19ème siècle admet que le système politique forme un des ses éléments constitutifs. L'incarnation du système politique par l'État a pourtant une conséquence fondamentale: elle établit une relation dichotomique net entre le social et le politique. La société des citoyens exclue du système politique se rencontre avec la politique dans un cadre extra-institutionnel, avec la médiation des forces politiques et de la dite «société civile».

Le point de départ de ce papier est que l'identification du système politique avec l'État n'est pas inhérent à sa propre nature; elle apparaît dans des circonstances historiques concrètes qui sont liées au statut cosmosystémique que traverse le monde. C'est ainsi dans les sociétés despotiques ou bien dans la phase primaire du cosmos anthropocentrique (qui est fondé sur la liberté). A l'opposé, à fur et à mesure que le cosmos anthropocentrique évolue (à savoir en termes de liberté), c'est la société qui incarne le système politique. C'est le cas de la démocratie.

Cette hypothèse nous amènera à soulever la question d'une reconsidération profonde de l'ensemble de l'arsenal gnoseologique de la science politique à commencer par son corpus conceptuel voire méthodologique.

Título da Comunicação	Estados falhados: desconstruções conceptuais e políticas
Autor	JOSÉ MANUEL PUREZA (jmp@ces.ucp.pt)
Instituição	Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra

RESUMO

O conceito de Estado falhado tem sido sujeito a intensa crítica. Dele ressaltam sobretudo duas denúncias: por um lado, a denúncia da absolutização de uma experiência específica do Estado, a do Estado moderno ocidental, como arquétipo universal e padrão de normalidade, o que significa que, no conceito de Estado falhado, prescrição e descrição se confundem; por outro, a denúncia da natureza instrumental do conceito, usado como rótulo legitimador de políticas de resposta em que predomina a securitização da ajuda internacional e a ambição de redesenho institucional e económico dos Estados classificados como falhados por parte de actores externos.

É, pois, em última análise, de um confronto entre visões da relação de poder entre centro e periferia do sistema internacional que se trata. Analisando a argumentação teórica em causa, esta comunicação procura articulá-la com práticas de governação global vigentes no nosso tempo.

Título da Comunicação O papel da comunidade internacional no processo de democratização em Moçambique

Autor TERESA DE ALMEIDA CRAVO (tcravo@fc.ucp; tac37@cam.ac.uk)

Instituição Universidade de Coimbra - Assistente de Relações Internacionais;
Universidade de Cambridge - Doutoranda no Centro de Estudos Internacionais

RESUMO

Decorridos 15 anos desde o fim da guerra civil, Moçambique é olhado pela comunidade internacional como uma história de sucesso, no que diz respeito à sua transição para uma paz duradoura, e um exemplo a ser seguido por outros dos países menos desenvolvidos do sistema mundial. De facto, num contexto internacional onde 50% dos processos de paz negociados retornam ao conflito nos primeiros cinco anos, a ausência de guerra é, indubitavelmente, um sucesso a assinalar. No entanto, a consolidação da paz em Moçambique apresenta falhas que merecem ser analisadas, nomeadamente ao nível do tão aclamado processo de democratização. Apesar de ter tido um papel essencial na transferência do conflito armado para um plano institucional, a liberalização política, apadrinhada pela comunidade internacional, tem sido pautada por sistemáticas contestações aos resultados eleitorais e não impediu a perpetuação de uma bipolaridade de facto que ameaça tornar a oposição irrelevante e reavivar as raízes do conflito. As actuais fragilidades deste processo, e a evidente cumplicidade entre os actores internos e os actores externos na manutenção das estruturas de poder, serão analisadas nesta comunicação.

Título da Comunicação	Da Proliferação da Violência à Violência Social Disseminada: O Fracasso das Respostas aos Estados Falhados
Autor	TATIANA MOURA (tatiana @ces.ucp.pt)
Instituição	Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

RESUMO

A privatização da violência e a permeabilização dos tecidos sociais por culturas de violência são invariavelmente adoptados como indicadores de falha de Estados. As “novas guerras” são a materialização dessas dinâmicas. Todavia, o final da guerra não significa, necessariamente, o final das violências. Ao analisarmos as intersecções e cruzamentos entre violências contra mulheres e violências urbanas e/ou armadas, verificamos que estas se prolongam do período da guerra para um período de aparente paz formal. Isto permite-nos afirmar que há importantes continuidades temporais, de escalas e geográficas, entre a guerra e a paz. E, por isso, a análise destes continuums das violências torna-se de grande importância intelectual e política, seja em países que nunca viveram um conflito armado declarado ou em países que atravessam um período de reconstrução pós-guerra.

Na análise de casos concretos – como, entre outros, os de Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau – constata-se que esta persistência de violências se entranha a todos os níveis da sociedade e manifesta-se quotidianamente, em abusos policiais e militares, na revolta dos jovens dos bairros pobres ou empobrecidos, ou na violência doméstica (contra mulheres e crianças). Essa noção das coisas alerta-nos para as condições de perpetuação da conflitualidade violenta e para o risco de ela vir a eclodir em outros níveis e em proporções incontroláveis.

Sala 2

MODERADOR: Pedro Tavares de Almeida, Univ. Nova de Lisboa

Área da Comunicação: Quem lidera os governos europeus? A carreira dos primeiros-ministros, 1946-2006: influências institucionais e partidárias

Autor: NUNO GUEDES (nmlguedes@gmail.com)

Afilição: Mestrando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

RESUMO

Fundamental em qualquer sistema político europeu, o primeiro-ministro é, no entanto, um dos componentes menos estudados de forma sistemática na Ciência Política. A proposta de paper que aqui se apresenta surge no seguimento de uma tese de mestrado que teve como principal objectivo perceber quem são os líderes de governo da União Europeia. No entanto, vamos mais longe.

Partindo do pressuposto de que as instituições contam, tentámos ainda perceber de que forma essas carreiras são influenciadas por uma série de diferenças na forma como estão organizadas as democracias europeias. As conclusões apontam para impactos claros de variáveis como o regime (parlamentar ou semi-presidencial), mas sobretudo ao poder do chefe de Estado e do parlamento, que afectam de forma contrária o recrutamento dos líderes de governo.

Por outras palavras, primeiros-ministros com origem em democracias organizadas de forma diversa tendem a ter perfis e carreiras diferentes. Pelo contrário, as ideologias dos partidos – principais gatekeepers dos líderes – não afectam de forma significativa o seu recrutamento.

Título da Comunicação	Democracia e Representação Partidária: da Elite Parlamentar aos Eleitores
Autor	ANA MARIA BELCHIOR (anamariabelchior@gmail.com)
Instituição	Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Católica Portuguesa (Assistente); CIHS - ISCTE - Investigadora

RESUMO

A comunicação suporta-se num conjunto de conclusões subjacentes a um capítulo de investigação de doutoramento. Centrada na problemática da representação democrática, a comunicação explora em que medida os partidos políticos portugueses, contextualizados tanto quanto possível no plano europeu, são ou não bons representantes dos respectivos eleitorados no que respeita a preocupações com o aprofundamento da democratização dos próprios partidos políticos. Este aprofundamento é fundamentalmente aferido através de medidas de congruência da elite parlamentar com os respectivos eleitorados. Um dos principais alicerces teóricos da investigação remete para uma posição preferencial dos partidos de esquerda, e em especial de nova esquerda, quanto ao privilegiar de um posicionamento mais congruente com os respectivos eleitores. É esta a principal hipótese a testar.

Área de Comunicação: Política partidária ao nível local: Portugal e o enquadramento europeu
Autor: MARIA ANTÓNIA PIRES DE ALMEIDA (ma.almeida@iscte.pt)
Instituição: Investigadora CIES-ISCITP

RESUMO

Tendo em conta o enquadramento europeu, com a descrição das diferentes tipologias dos sistemas de governo local na Europa, pretende-se uma avaliação do real peso dos partidos políticos nos municípios portugueses, em comparação com o mesmo factor nos restantes países. O estudo dos antecedentes sociais dos presidentes de câmara e das respectivas carreiras políticas, critérios de eleição e estilos de liderança, assim como a relação entre o presidente da câmara e a complexidade da administração autárquica, que por vezes detém o verdadeiro poder (especialmente no caso da Grã-Bretanha e nos países nórdicos, onde o mayor é uma figura de menor importância em relação ao conjunto dos councillors), são alguns dos principais temas que têm ocupado os cientistas políticos europeus dedicados ao estudo do poder local. Isto explica-se pela necessidade de compreender o processo de recrutamento do pessoal político local e a influência que os partidos e as políticas originada nos centros de decisão acabam por ter na periferia.

A presença dos grupos de cidadãos independentes nos governos locais é uma realidade muito antiga em praticamente toda a Europa do Norte e é uma medida de avaliação do real peso dos partidos políticos a nível das autarquias. No Sul este problema ainda nem se coloca, uma vez que este tipo de candidatura nem é permitida em Espanha; em Itália o fenómeno existe, mas não funciona, e em Portugal é recente e diminuto, mas já começa a dar provas do poder que tem para alterar as estruturas partidárias existentes.

Título da Comunicação	Quotenfrauen? Women's Political Representation in Germany
Autor	SARA CLARO DA FONSECA E ANA ESPÍRITO SANTO (fonseca@wzb.berlin, ana.espirito.santo@eui.eu)
Instituição	Doctoral candidate, Social Science Research Center Berlin (WZB); Doctoral candidate European University Institute

RESUMO

Despite the increase in the number of women in political office during the last decades, there is a significant female under-representation in parliaments worldwide. With 31.6 percent of female MPs in 2007, Germany has a comparatively high rate of women in the Bundestag but still remains far from the level of parity. This paper seeks to analyse the selective bias in legislative recruitment that slows down the access of women to the German national parliament. Several factors account for the political under-representation of women. Regarding the context of legislative recruitment, with a high level of socioeconomic development and a socio-cultural environment that supports gender equality, Germany shows favourable conditions for female parliamentary candidacy (Inglehart and Norris 2003). Among the institutional factors, the electoral system is commonly perceived as an important explaining variable of women's under-representation in legislative bodies (Norris 2000). Germany features a mixed-member electoral system with single-member districts and closed party lists, thereby including both the disadvantages of a majoritarian and the advantages of a proportional representation system for the access of women to political office (Matland 2005). This paper focuses on the effect of the German electoral system on the legislative recruitment of women, regarding both parliamentary candidacy and election to the Bundestag. We expect to find a selective bias that is stronger at the district than at the party list level and confirms the results of cross-national research (Lijphart 1999; Norris 1996) for Germany. At the same time, we also expect the selective bias to be stronger on the political Right than on the Left (Norris 2001; Caul 1999; Lovenduski and Norris 1993). The analysis will cover several characteristics of both components of the German electoral system in a cross party comparison of the five Bundestag elections between 1990 and 2005. In addition, individual factors of candidate supply as well as the demands of party gatekeepers will be taken into account.

Referências

- Caul, Miki (1999), "Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties", *Party Politics*, 5(1): 79-98.
- Inglehart, Ronald and Pippa Norris (2003), *Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World*, Cambridge.

Área da Comunicação

Women Rule-Shattering the Executive Glass Ceiling

Autor

FARIDA JALALZAI (jalalzai@umsl.edu)

Instituição

Assistant Professor, Department of Political Science, Institute for Women's and Gender Studies, University of Missouri-Saint Louis

RESUMO

Using qualitative and quantitative techniques, this article compares nearly all cases of women presidents and prime ministers from 1960 through 2007. Potential explanations for women's ascent to executive leadership in various contexts are explored. I focus on how women acquire their positions, the type of executive authority exercised, and how various institutional and structural factors impact this, drawing links to male executives in the same contexts throughout. Although strides have been made in women's attainment of positions of national leadership, the executive office remains a male bastion. Women are more likely to be executives when their powers are relatively few and generally constrained. The political systems in which they lead generally feature fragmented executive power arrangements including dual executive arrangements. Women also enter politically unstable contexts and countries lacking political institutionalization, frequently as members of privileged groups. Overall, comparative politics research needs to continue to understand the gendered connections between executive positions in terms of authorities, powers, and independence.

Sala 3

MODERADORA: Maria José Stock, Univ. Évora

Título da Comunicação Servidão e obediência: (des)semelhanças entre La Boétie e Spinoza

Autor THAIS FLORENCIO DE AGUIAR (taguiar@iuperj.br; thais.aguiar@gmail.com)

Instituição Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

RESUMO

Por que os homens se orgulham de sua escravidão, ou melhor, lutam por ela como se lutassem pela liberdade? Tanto Spinoza (1632-1677) quanto La Boétie (1530-1563) inquietaram-se ao perceber que a ordem política transformara a sociedade em um ajuntamento de escravos em vez de uma comunidade de homens livres. O cotejo dessas concepções revela, porém, uma diferença fundamental, referente à associação do conceito de servidão à noção de vontade ou de desejo: em La Boétie a servidão é voluntária e, em Spinoza, não pode ser assim nomeada. Portanto, o conceito de servidão tem acepção distinta nesses autores: em La Boétie, ela se define pela submissão voluntária de alguém ao jugo de outro e a leis injustas, enquanto em Spinoza a servidão tem como causa primeira a impotência no governo das paixões – a mente do indivíduo é de tal maneira povoada por idéias inadequadas, que se vê passivo diante das coisas, arrastado pela fortuna, restrito a operar em vez de agir (ou seja, está duplamente determinado pelas causas das coisas). Quanto à obediência civil, ela não é um mal em si para esses autores e, sim, ambivalente, à medida que pode ser moderada ou imoderada (La Boétie), alegre ou triste (Spinoza).

Paulo da Comunicação

O nascimento cético da ciência política e a investigação da natureza humana

Autor

CESAR LOUIS KIRALY (ckiraly@iuperj.br; ckiraly@uol.com.br)

Instituição

Doutorando, IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro)

RESUMO

Remonta-se o nascimento da preocupação com a ciência política a obra de Maquiavel. Defendemos a tese de que o nascimento da preocupação da ciência política, em Maquiavel, constitui uma meia paternidade. Na obra de Maquiavel surge a preocupação com a prática descritiva do fenômeno político, tal como ele aparece, nas suas especificidades, em suas cores mais vivas, naquilo que é preciso para manter a ordem. Descrição que se afasta da moralidade cristã e dos grandes exercícios abstratos. A política não é objeto para a formulação de regimes explicativos amplos. A política é objeto de descrição indutiva. Trata-se de objeto de descrição contínua. A postura que caracteriza a meia paternidade de Maquiavel pode ser denominada de indutivismo. Contudo, se a investigação da política depende de certo indutivismo, o problema da ciência da política apenas é percebido com a obra de Hume. No ensaio "Que a política pode ser transformada em uma ciência", Hume completa a paternidade da ciência política, afirma que a política, ainda que esteja comprometida com a descrição "das coisas como elas são", constitui-se como ciência: na percepção de princípios organizados. Fundados (os princípios) na crença e nos fenômenos políticos regulares. Princípios fragmentários estabelecidos pelo crivo da dúvida.

Título da Comunicação	Imaginação e História em Spinoza
Autor	BERNARDO RIBEIRO (bernardobianchi@gmail.com)
Instituição	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – mestrando em Ciência Política

RESUMO

O lugar da “história” em Spinoza permanece algo obscuro. A contingência, tomada sob a forma de fortuna, coloca em questão a relação de Spinoza com Maquiavel. Em Spinoza, virtú passa a remeter à potência de agir e fortuna, “àquelas coisas que não estão sob nosso poder, isto é, que não se seguem de nossa natureza”, ou seja, a fortuna é a própria necessidade, que se apresenta ao indivíduo como encadeamento inapreensível da realidade. A tensão do indivíduo com o seu meio põe na berlinda as formas específicas pelas quais as experiências históricas afectam os indivíduos, sugerindo as possibilidades de respostas destes para fazer emergir as suas necessidades singulares enquanto sujeitos históricos.

Área da Comunicação Carl Schmitt e a Estrutura Semântica do Conceito de Guerra: Uma Crítica à Nova Ordem Internacional à Luz da Begriffsgeschichte

Autor MAYRA GOULART DA SILVA (mayragoulart@gmail.com)

Instituição Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – mestranda em Ciência Política

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estabelecer uma relação entre a metodologia e a proposta de Reinhart Koselleck no *Geschichtliche Grundbegriffe*, e a de Carl Schmitt no livro *O Nomos da Terra*, aproximando os dois projetos no que diz respeito à intenção mútua de “esclarecer conceitualmente e por meio da história dos conceitos a transformação em direção à nossa modernidade” (Koselleck, 2006: 10). Dessa forma, pretendo observar como o propósito de Koselleck em definir e delimitar uma metodologia específica para a realização da história dos conceitos, a *Begriffsgeschichte*, pode se útil na análise do esforço realizado por Schmitt em traçar uma história dos conceitos relativos ao Direito Internacional, na tentativa de compreender como as transformações dessas idéias afetam a dinâmica das relações entre os povos.

Título da Comunicação	Modos de Pensar em Português. O Homem e Escravatura em Oliveira Martins
Autor	ISABEL MARIANO RIBEIRO (mr.isabel@gmail.com)
Instituição	Departamento de Estudos Políticos e Centro de História da Cultura, FCSH - UNL

RESUMO

A um mundo avassaladoramente rico na sua diversidade o Homem, particularmente o nomeado Homem moderno, para uma maior inteligibilidade, interpôs a classificação, a construção de taxonomias a que ele mesmo não escapou: a espécie humana foi sendo catalogada e hierarquizada, em raças, sub-raças, tipos e subtipos. Estas classificações foram fundamentadas e delimitadas com base em características muito diversas. Uma tipologia das raças que serviu em última instância como explicação para as diferenças sociais, políticas e culturais; definirmo-nos face ao outro (s); procurarmos, fora da própria sociedade, legitimação para as formas de organização e para a significação que as relações sociais têm em determinados contextos.

As classificações raciais assumem significado político, porquanto têm servido para legitimar desigualdades de poder. A ideia de «raça» é, enquanto ideia, historicamente construída pelo que para compreendê-la há que procurar explicá-la na constante tensão entre o pensado e a acção. Neste sentido, a exposição incidirá na descrição, a analítica e sistematização das ideias «chave para a compreensão do pensamento de Oliveira Martins (1845-1894), quanto às suas ideias antropológicas e racialistas; granjeando na discursividade o eco dos modelos (histórico-filosóficos, antropológicos, sociológicos e políticos) crenças e valores em confronto, na sua época.

Auditório 3

MODERADOR: Luís de Sousa, CIES-ISCUE

Título da Comunicação Corruption Control: Between Populism and the Quality of Democracy

Autor LUÍS DE SOUSA ()

Instituição CIES-ISCUE

RESUMO

The fitting together of several parallel realities, namely the fight against corruption, the employment of populist tactics and the struggle for high quality democracy, represents an 'unresolved trilemma' of modern governance. This is so because neither corruption nor populism could completely be eradicated from or restrained in any society and political system. Hence, most of the choices that decision-makers have to make are not so much about 'whether,' but about 'what' policy measures. And here comes the crucial issue of controlling the degree of corruption by understanding how much of it a given society could tolerate. The same is basically true about the spread of populist propaganda and the alleged virtues of liberal democracy. In the words of Dahrendorf, "one's man populism is another's democracy, vice-versa" (in Krastev 2006:2), and, understandably, such situation creates different winners and losers. Moreover, it is an undeniable fact that both populist and liberal rhetoric has become a permanent feature of most democratic states' political discourse, and there has been no simple way of doing away with that. Finally, there has not been an end in sight to the numerous corruption and nepotism scandals that have shaken not only almost all countries' public institutions, but also some of the high-profile international organisations such as the UN, the EU and the IMF.

It is, therefore, important to make a balance of twenty years of corruption control policies. Have these reforms improved the quality of democracy as it has long been heralded? Does the definition of quality of democracy encompass a balance between efficacy and legitimacy? Can that balance ever be attained? What control measures have been introduced and with what impact?

Título da Comunicação	Post-Communist Populism and the Consolidation of Democracy – the case of Bulgaria
Autor	GEORGI KARASIMONOV (ip1s@dir.bg)
Instituição	Full professor, Department of Political Science, Sofia University

RESUMO

Populism is a multifactorial phenomenon, which has provoked a multitude of definitions by political scientists. In the paper an attempt is made to give a detailed definition of populism through its specific emergence, social base, ideological profile, organizational structure, political practice and governing experience. The difference between populism in West European advanced democracies and post communist populism is revealed.

Based on the Bulgarian experience after the democratic revolution four waves of post communist populism and their specific traits are analyzed, as the well as the difference between initial post communist populism and populism associated to the process of consolidation of democracy.

In the second part of the paper the essence of clientelist democracy is analyzed as a major cause for the emergence of populism. Political corruption, which is at the roots of clientelist democracy, creates fertile soil for the continuing appearance and reappearance of the populist phenomenon twenty years after the start of transition to democracy.

Paulo da Comunicação Populism and Militant Democracy

DANIEL SMILOV (daniel@cfs-sofia.org)

Univ. Europa Central, Hungria

RESUMO

Central European Populism is one of the few kinds of populism, which are not focused on demands for increased public spending, generous social programmes and benefits, and welfarist policies. Instead, local populists build their platforms around two interrelated issues - anticorruption and nationalism. My presentation will be an attempt at explaining this at first sight bewildering fact: in postcommunist Europe one would expect to find populists resembling the flamboyant Chavez, preaching a reformed type of socialism, statism, and equal opportunities for all. Curiously, egalitarianism seems to have disappeared from Central European politics, and even populists are not willing to resuscitate it. My presentation will argue that this is due to a combination of ideological and organizational structural changes in contemporary liberal democracy, which might be of greater consequence than the current rise of populism per se.

Título da Comunicação	Populist governance vs Populist parties: examining the role of elite volatility and party fragmentation
Autor	RUMYANA KOLAROVA (rummyana@scig.uni-sofia.bg)
Instituição	Jean Monnet Lecturer in European Politics, Director of MA Program in European Integration; Associate Professor in Comparative Politics, Political Science Department, University of Sofia

RESUMO

The paper is organized around two issues:

First it tries to avoid the overstretching of the concept of populism by distinguishing between populist governance (i.e. the Third way of Tony Blair) and populist parties. There is a parallel distinction between "radical/protest" versions of populism and "opportunistic" ones.

Second, the paper examines a specific case – the emergence of a variety of populisms in Bulgaria and discusses the influence of two factors that may have a correlation with populisms in post-communist countries – elite volatility and party fragmentation. Here the aim is to distinguish between populism as a response to changes in public (electoral) attitudes and populism as an adaptable change in the government programs adopted by elites which seek to guarantee their survival.

1970-1971

Auditorio 3